

DOCUMENTO CONCLUSIVO



DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



I SÍNODO DIOCESANO

DOCUMENTO CONCLUSIVO

DOM MOACIR SILVA
BISPO DIOCESANO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

São José dos Campos, 5 de setembro de 2008 a 16 de julho de 2010

Introdução

A Diocese de São José dos Campos, querendo ouvir o que o Espírito diz à Igreja (Cf. Ap 2,7), reuniu-se em Assembleia Sinodal. Diante da certeza de que precisávamos rever e atualizar nossa ação pastoral-evangelizadora, durante quase dois anos, foram realizadas reuniões periódicas para discutirmos, partilharmos e, acima de tudo, ouvirmos, mediante os Delegados Sinodais, as vozes provindas das mais diversas instâncias da vida eclesial de nossa Igreja Particular.

Novos Tempos

A Diocese de São José dos Campos está numa região que cresce diariamente em todos os sentidos, nas conquistas, nos valores, na tecnologia e também nos desafios. Vivemos novos tempos com uma mudança de época que nos desafia: dissolução da concepção integral da pessoa humana, sobrevalorização da subjetividade individual, enfraquecimento dos vínculos comunitários, crescimento da cultura do consumismo.

Novos Caminhos

O recente Documento de Aparecida indicou os Novos Caminhos que devemos percorrer: o discipulado, a missionariedade e a defesa ampla e incondicional da vida. Esses caminhos se cruzam, pois não existe discípulo que não seja missionário e que não assuma uma profética defesa da vida em todas as suas fases.

Mesma Missão!

Novos tempos, novos caminhos, mas a missão é a mesma, pois “Jesus Cristo é o mesmo ontem, hoje e sempre” (Hb 13,8). O mandato confiado por Ele aos Apóstolos “Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa Nova a toda criatura” (Mc 16,15) continua e continuará sempre a ressoar no coração de nossa querida e amada Diocese de São José dos Campos. Acreditando que “conhecer Jesus Cristo pela fé é nossa alegria, segui-lo é uma graça, e transmitir esse tesouro aos demais é uma tarefa que o Senhor nos confiou ao nos chamar e nos escolher”¹, não podemos nos omitir desta missão. Assim, como aos homens e mulheres das primeiras horas da Igreja, cabe hoje a nós essa responsabilidade.

¹ CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 18.

Contextualizando o I Sínodo Diocesano

A Caminhada Pastoral de nossa Igreja²

1. O conhecimento da caminhada da Igreja é indispensável para reconhecer que tudo o que hoje realizamos é fruto de uma longa e rica experiência. O ponto de referência para a nova etapa da caminhada pastoral da Igreja Universal é o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 - 1965). O Concílio significou um novo Pentecostes para a vida da Igreja.

2. A Igreja Católica no Brasil, atenta aos primeiros documentos que nasciam do Vaticano II, ainda durante o Concílio antecipou suas conclusões e realizou uma primeira tentativa de ação pastoral por meio do “Plano de Emergência” (1962). “A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil encontrou no planejamento pastoral um instrumento para animar e articular a ação pastoral, em nível nacional e regional, a partir das Igrejas locais...”³.

3. Terminado o Concílio, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou o grande “Plano de Pastoral de Conjunto” (1966 - 1975), mais complexo que o anterior, apresentando uma programação com base nos principais documentos conciliares, dando um novo rumo à pastoral no Brasil, por meio de seis linhas ou dimensões de atuação.

4. A partir de 1975, a CNBB adotou as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, dando somente pistas de ação, por meio de seu Objetivo Geral, ficando sob a responsabilidade de cada diocese o planejamento pastoral. Isso perdurou até 1995, quando as Diretrizes passam a ter como referência a evangelização propriamente dita, que é o eixo central da ação da Igreja. A partir de então, dando maior enfoque às várias dimensões constitutivas da evangelização e seus desafios, a CNBB produziu o documento Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

5. Em preparação ao grande Jubileu do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, em 1996, nasceu o “Projeto de Evangelização Rumo ao Novo Milênio” (PRNM), fruto do encontro fecundo entre o apelo do Papa João Paulo II em sua carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente* e as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora. O PRNM propôs uma ação orgânica e continuada através de quatro exigências da evangelização: Serviço, Diálogo Ecumênico e Inter-religioso, Anúncio do Evangelho e Testemunho da Comunhão Eclesial.

6. No ano 2000, na Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, em Porto Seguro-BA, comemorando os 500 anos de Evangelização do Brasil e o Grande Jubileu, a CNBB aprovou um novo projeto chamado “Ser Igreja no Novo Milênio” (SINM). O SINM foi uma rica oportunidade para concretizar na vida de nossas comunidades as exigências intrínsecas da Evangelização no Brasil.

² Cf. Diocese de São José dos Campos. Plano Diocesano de Evangelização 2004 - 2007, nn. 1 - 14.

³ CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1999 - 2002, n. 35.

7. Finalizando essa breve exposição histórica da Igreja no Brasil, após o Concílio Vaticano II, importa mencionar os documentos produzidos a partir das últimas Assembleias Gerais dos Bispos do Brasil, relevando sua importância para a execução de nossos trabalhos pastorais-evangelizadores, sobretudo porque propõem como desafio o resgate da dignidade da pessoa, a renovação da comunidade e a busca por uma sociedade solidária. Os documentos, “mais do que novas estruturas, sugerem um novo espírito, um novo ardor, um novo impulso ao processo evangelizador de nossa Igreja”⁴. Com este sentimento, nosso I Sínodo Diocesano reitera a mesma convocação feita pelos Bispos do Brasil, em sintonia com o espírito da Conferência de Aparecida: “que a Igreja no Brasil viva uma forte comoção e experimentalmente a alegria de ser discípula missionária, para que nossos povos em Cristo tenham Vida”⁵. De acordo com a 48ª. Assembleia da CNBB, o documento que reúne as atuais Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 - 2010, será prorrogado por mais quatro anos, a partir de 2011, e servirá de base para as dioceses elaborarem seus Planos de Pastoral, oferecendo as linhas mestras da ação evangelizadora e propiciando a unidade e a comunhão pastoral com a Igreja no Brasil.

A caminhada Pastoral da Diocese

8. Após quase 20 anos do “novo Pentecostes” que foi o Vaticano II, nasce em primeiro de maio de 1981 a Diocese de São José dos Campos. Em seus primeiros anos houve a criação e a estruturação de um grande número de pastorais, sendo que algumas delas tiveram a oportunidade de realizar suas Assembleias, aprovando suas próprias diretrizes.

9. A I Assembleia Diocesana de Pastoral aconteceu em junho de 1994, gerando o documento Plano Diocesano de Pastoral, que delineava três prioridades pastorais: Formação Permanente, Pastoral Social e Juventude.

10. Diante das grandes mudanças propostas pela CNBB nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 1995-1998 e em vista da preparação do Grande Jubileu, nossa Diocese realizou em novembro de 1996 a II Assembleia Diocesana de Pastoral para atualizar o que fora definido no Plano Diocesano de Pastoral elaborado em 1994, quando foram assumidas as três prioridades pastorais acima citadas. O fruto colhido desta II Assembleia foi o Projeto Diocesano de Evangelização, uma resposta ao apelo do Papa João Paulo II, na carta *Tertio Millennio Adveniente*, e uma adaptação do PRNM, com suas quatro “exigências da evangelização”, a saber: Serviço, Diálogo, Anúncio e Testemunho .

11. A III Assembleia Diocesana de Pastoral, realizada no dia 11 de outubro de 2003, teve a “histórica” incumbência de atualizar o Projeto Diocesano de Evangelização à luz das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil 2003-2006 e também de estimular e consolidar a pastoral orgânica em nossa Diocese, alicerçada nas quatro exigências fundamentais da evangelização.

12. Finalmente, realizada em 29 de setembro de 2007, a V Assembleia da Sub-região de Aparecida – Regional Sul I da CNBB foi um marco na organização pastoral - evangelizadora para a Diocese de São José dos Campos. As dioceses que compõem a Sub-região Aparecida⁶ constataram, por unanimidade, que as quatro comissões organizadas a partir das quatro exigências fundamentais da evangelização não respondiam à necessidade de uma prática e eficiente organização pastoral. Diante disso, ficou decidido nessa Assembleia que as dioceses da Sub-região adotariam nove comissões pastorais: Ministérios Ordenados e Vida Consagrada; Laicato, Vida e Família; Ação Missionária e Cooperação Intereclesial; Animação Bíblico-catequética; Liturgia; Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso; Serviço da Caridade, Justiça e Paz; Cultura, Educação e Comunicação Social; Movimentos Eclesiais, Associações e Novas Comunidades.

O Sínodo Diocesano

13. A história pastoral da Diocese de São José dos Campos, como pudemos perceber nas linhas acima, é marcada pelas Assembleias Diocesanas. Todas elas apontaram de forma bastante clara as prioridades que deveriam nortear a ação pastoral-evangelizadora em momentos específicos de sua caminhada eclesial. Foram vitais para que chegasse onde se encontra hoje, pois responderam às necessidades do contexto em que estavam inseridas e cumpriram o seu papel.

14. Diante da “maturidade pastoral” que nossa Diocese atingiu e do espaço de referência que ocupa em âmbito regional ou mesmo nacional; diante dos desafios que o novo tempo nos proporciona e da influência que temos exercido nas decisões importantes em todas as esferas de nossos municípios; e, por fim, diante das informações que colocam nossa região entre as que mais vão se desenvolver nos próximos anos, sentimos que tinha chegado o momento de definirmos com clareza nossa identidade. Precisávamos determinar o nosso “rosto” e projetar como queríamos que ele estivesse no futuro, por exemplo, quando completarmos 50 anos de Diocese. Não podemos navegar sem uma direção nesse mar de opções pastorais que aumentam a cada dia com “variadas ofertas religiosas que tratam de responder, à sua maneira, à sede de Deus que nossos povos manifestam”⁷. Com nossa identidade bem delimitada saberemos distinguir entre as novidades que acrescentam algo à nossa vida eclesial e aquelas que nos tiram da rota fazendo com que percamos o rumo. Temos que nos preparar para o futuro! Nosso tempo não tolera mais improvisos, o preço de uma ação sem planejamento⁸ pode ser alto demais.

15. Assim, surgiu a ideia do Sínodo Diocesano como um instrumento para responder a estes anseios. Entendemos que ele nos daria maior eficácia no governo pastoral por parte do Bispo e mais segurança à coordenação de pastoral, como

⁶ As (arqui) dioceses que compõem a Sub-região Aparecida são: Aparecida, Caraguatatuba, Lorena, São José dos Campos e Taubaté.

⁷ CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 10.

⁸ BRIGHENTI, A. Reconstruindo a esperança – como planejar em tempo de mudança. São Paulo: Editora Paulus, 2000, p. 144.

nos ensina a Instrução sobre os Sínodos Diocesanos, da Congregação para os Bispos e Congregação para a Evangelização dos Povos: “É sumamente desejável que também as “Assembleias diocesanas” ou outras reuniões, na medida em que têm semelhança de fins e de composição com o sínodo, encontrem o seu lugar no âmbito da disciplina canônica, graças à acolhida das disposições canônicas e da presente Instrução, para garantir a sua eficácia para o governo da Igreja Particular.”⁹

O que é um Sínodo? ¹⁰

16. A palavra Sínodo é uma conjunção de duas outras palavras da língua grega, cujo significado é “fazer juntos o caminho” ou “caminhar juntos”. Trata-se de uma série de encontros de representantes das diversas classes de fiéis, para tratar de assuntos propostos por quem convocou o Sínodo e proporem encaminhamentos para as questões discutidas. Um Sínodo acontece somente a partir da convocação do Bispo, quando se realiza em uma Diocese, ou do Papa, quando se realiza no âmbito da Igreja Universal.

Natureza do Sínodo

17. O cânon 460 do Código de Direito Canônico descreve o Sínodo como uma “assembleia” de sacerdotes e de outros fiéis da Igreja Particular que auxiliam o Bispo para o bem de toda comunidade diocesana. É também um ato de governo episcopal e um evento de comunhão hierárquica.

18. O Sínodo, portanto, não somente manifesta a comunhão diocesana, mas também é destinado a “edificá-la”. Com as suas declarações e os seus decretos, compilados no Documento Sinodal, o Sínodo contribui para configurar a “fisionomia pastoral da Igreja Particular”.

Objetivos do Sínodo

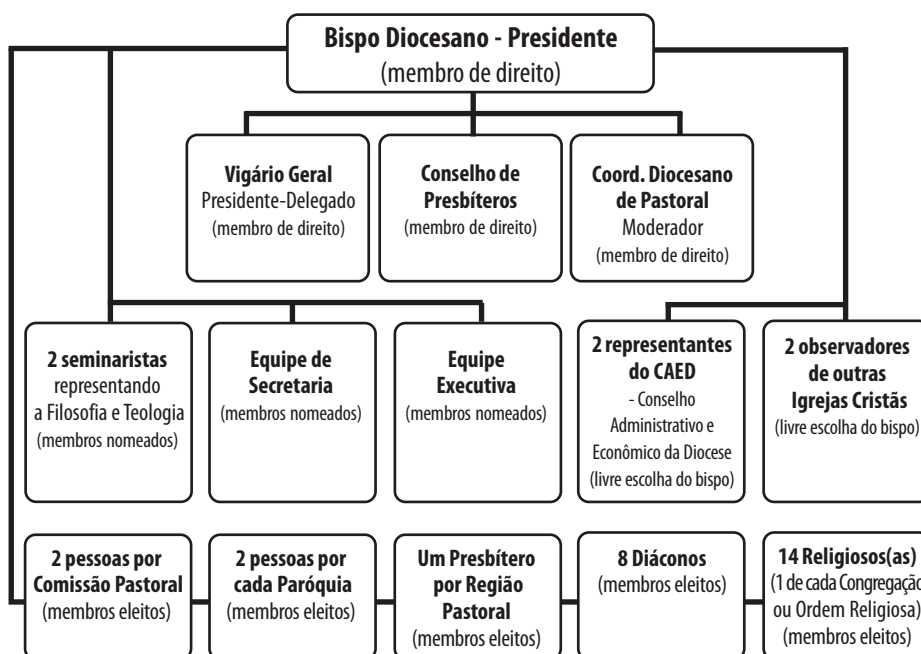
19. Prestar ajuda ao Bispo diocesano no exercício da função que lhe é própria, de guiar a comunidade cristã;
- Oferecer ao Bispo a ocasião de chamar a cooperar com ele, juntamente com os sacerdotes, alguns leigos e religiosos escolhidos para um modo peculiar de exercício da comum responsabilidade dos fiéis na edificação do Corpo de Cristo;
 - Contribuir para configurar a fisionomia pastoral da Igreja particular, dando continuidade à sua tradição litúrgica, espiritual e canônica;
 - Fomentar a comum adesão à doutrina salvífica e estimular todos os fiéis ao seguimento de Cristo;
 - Confirmar, atualizar ou preencher as eventuais lacunas normativas;
 - Favorecer o dinamismo apostólico de todas as energias eclesiais sob a guia dos legítimos pastores.

Assim aconteceu o I Sínodo Diocesano

20. Após ouvir o Conselho Presbiteral foi convocado¹¹ o I Sínodo Diocesano e foram definidas algumas responsabilidades para a execução do mesmo¹², a saber: nomeados o Vigário Geral da Diocese, como Presidente Delegado do Sínodo e o Coordenador Diocesano de Pastoral, como Moderador; o Conselho Presbiteral recebeu a incumbência de ser a Comissão Preparatória; a equipe de Comunicação assumiu a missão de tornar o Sínodo visível, informar e esclarecer possíveis dúvidas relacionadas à sua realização; a equipe de Liturgia ficou responsável por tornar o Sínodo “orante” nas Comunidades, Pastorais e Movimentos, preparando, para isso, celebrações especiais em todas as suas etapas.

21. Elaboramos o cronograma de atividades e prioridades, bem como definimos o método Ver-Julgar-Agir, considerando sempre os marcos da realidade (VER), os aspectos doutrinários (JULGAR) e operacionais (AGIR).

Composição do Sínodo



22. Os membros que compuseram o I Sínodo Diocesano foram oficialmente nomeados pelo Bispo diocesano como “Delegados Sinodais”¹³ na celebração de abertura e decreto de instalação do mesmo, realizada no dia 5 de setembro de 2008, na Catedral de São Dimas.

11 Ver ANEXO 1.

12 Ver ANEXO 2.

13 Ver ANEXO 3.

Metodologia para o I Sínodo Diocesano

A Pesquisa

23. Formada a estrutura organizacional para a realização dos trabalhos, era preciso conhecer nossa realidade atual, ou seja, precisávamos de uma visão realista de nossa Diocese. Diante disso, e para atender tais exigências, foi contratada uma pesquisa de opinião pública¹⁴ realizada com moradores das cidades de nossa Diocese.

24. A pesquisa tinha como objetivo conhecer melhor o contexto sócio-cultural-elesial no qual estamos inseridos, bem como estudar a relação da Igreja com seu povo. A pesquisa abordou 2.031 entrevistados, divididos em dois grupos: quem frequenta as comunidades eclesiais (público interno) e pessoas da sociedade civil (público externo). A amostra garantiu um nível de confiança de 95% com resultados contidos num intervalo de 2.2 pontos percentuais para mais ou para menos. Os bairros residenciais pesquisados foram definidos por sorteio, tendo sido entrevistado apenas um morador por residência. Sendo a Diocese dividida em sete Regiões Pastorais, as entrevistas foram feitas em número proporcional ao número de habitantes de cada região.

25. Os pesquisadores, de nível universitário, foram treinados especialmente para a pesquisa em questão. O sistema de verificação e controle se deu por amostragem (20% dos questionários). Após a conclusão da coleta de dados, uma primeira checagem demonstrou que todos os campos de todos os questionários foram preenchidos e não apontou qualquer incoerência ou inconsistência em seu preenchimento. Tanto a codificação das questões quanto a digitação dos códigos passaram, ainda, por duas verificações distintas: uma manual, por amostragem, e outra eletrônica.

26. Após apresentação da pesquisa, durante as duas primeiras sessões sinodais, os resultados foram sintetizados e avaliados posteriormente em cada sessão correspondente.

27. O Sínodo Diocesano, como já mencionado, estruturou-se seguindo o método Ver, Julgar e Agir. Nas sessões iniciais, referentes ao “Ver”, nos dias 6 e 27 de setembro de 2008, realizamos a análise sociológica e histórica do conteúdo da pesquisa, uma análise da conjuntura social, política e econômica, bem como uma análise da conjuntura eclesial. Essas análises nos permitiram muitas constatações, das quais destacamos as seguintes:

Considerações históricas e sociológicas¹⁵ da Pesquisa

28. Diante de um cenário novo, percebemos uma Igreja consolidada, assentada, formada por um “novo católico”, de melhor qualidade e mais definido, ou seja,

¹⁴ Instituto Data-Vale, Pesquisas de Opiniões Públicas.

¹⁵ Os Professores Francisco Sodero Toledo e Sílvia Luiz Costa, respectivamente, assessoram este momento.

que sabe o que é a Igreja e o que dela espera. É uma Igreja nova, que se voltou principalmente aos católicos que a frequentam para atender as demandas do seu tempo. A Diocese está muito bem organizada, com o clero e os leigos em sintonia. Apesar desse novo panorama, fica ainda um grande desafio em relação aos excluídos socialmente, os menos favorecidos e os jovens, que sentem a falta de um espaço para participar da vivência eclesial. O que se tem feito por eles? Onde eles estão? Como fazer para atraí-los e mostrar-lhes o caminho?

29. A busca pela satisfação imediata, o consumismo desenfreado, induz a um mundo distante, onde todo desejo pode ser satisfeito pela aquisição de produtos, criando-se a ideia de alcançar a felicidade por meio do bem-estar econômico e da satisfação hedonista. Trata-se de uma inversão de valores.

30. Percebe-se, ainda, uma preocupação com a comunicação e a formação. Quanto à comunicação, embora esta tenha sido bem avaliada na Pesquisa, ficou clara a necessidade de um maior investimento em equipamentos e em divulgação das ações da Diocese. Os meios de comunicação invadiram todos os espaços e a falta da verdadeira informação intensifica a ansiedade de quem vive num mundo em constante mudança. Com relação à formação, observa-se a necessidade de se trabalhar com uma formação continuada, mais dinâmica, reflexiva e com qualidade.

Considerações sobre o contexto sociopolítico-econômico e eclesial¹⁶

31. Embora o Brasil tenha uma economia estável, seja considerado um país rico e com ilhas de desenvolvimento acelerado, como em alguns municípios que compõem Diocese de São José dos Campos, está num patamar próximo a países pobres. A explicação para isso é muito simples: a distribuição de renda é muito injusta. Conduzida por uma ideologia que privilegia o lucro e estimula a concorrência, a globalização concentra o poder e a riqueza nas mãos de poucos. Apesar de todas as dificuldades econômicas da grande maioria da população, no Brasil o desemprego vem caindo, mas num ritmo muito lento.

32. A redução da desigualdade ainda é o maior desafio. Não é uma tarefa de uma só pessoa, nem de um segmento isolado, mas é um desafio para o governo, para as empresas, para a Igreja e para a sociedade civil. É inquestionável a responsabilidade de cada um na busca de soluções para a miséria, a submoradia e o desemprego. Estamos vivendo em um mundo que caminha cada vez mais para o individualismo e precisamos responder de forma coletiva.

33. A mentalidade individualista também se reflete no campo eclesial. O hedonismo, o subjetivismo religioso, a inversão do sentido da experiência religiosa levaram a buscar na Igreja soluções e curas imediatas. A mídia e outras tendências religiosas reduziram a religião a um espetáculo. Além disso, diante do contexto pluralista, cresce também a mobilidade religiosa.

34. Constatamos algumas preocupações sociais, como a educação, a saúde e a família. Alguns outros pontos relevantes também são preocupantes, como a má distribuição de renda, a dependência química, que aumenta principalmente no meio dos nossos jovens. Diante disso, temos que partilhar competências. A Igreja deve se inserir na sociedade, estabelecer parcerias e ter uma presença pública mais efetiva.

Crítérios teológico-pastorais e espirituais¹⁷

35. O julgar conceitual reforçou as constatações já apontadas com propriedade nas considerações anteriores: a mobilidade religiosa, o subjetivismo religioso, o hedonismo, entre outros aspectos. Foram apresentados três pontos como exigências fundamentais para uma Igreja Particular que quer estar inserida dentro do contexto eclesial e social que estamos vivendo:

- Construir um projeto eclesial diocesano a partir do Sínodo: é necessário que as decisões, ou seja, as conclusões do Sínodo transformem-se em projetos práticos e viáveis. É importante que haja uma “eficiência pastoral”, um planejamento pastoral que delimite objetivos, etapas e meios que possibilitem uma ação concreta e estruturada.
- Os leigos e leigas precisam participar das decisões, dos discernimentos, execuções e planejamentos. O laicato não pode ser somente objeto da ação da Igreja; ao contrário, o clericalismo deve dar lugar a uma mentalidade de “povo de Deus”, própria do Vaticano II, que considerou a diversidade de funções e ministérios na vida da Igreja como motivo de enriquecimento e não de divisões. Uma postura clerical autoritária não encontra mais aceitação no mundo de hoje.
- A conversão pastoral, tão mencionada no Documento de Aparecida, deve aparecer como uma atitude concreta em nossos planejamentos e ações pastorais, mas principalmente em nossas mentalidades. Essa afirmação vale para todos, em especial para o clero, uma vez que a Igreja é chamada a repensar toda a sua ação e a abandonar estruturas que não favorecem, e por vezes atrapalham, o anúncio da Boa Nova do Reino.

36. Tudo o que foi constatado, considerado e apontado por meio da pesquisa e da assessoria passou por um momento de discernimento espiritual, realizado à luz da Palavra de Deus. Um retiro, que utilizou a metodologia da Leitura Orante da Bíblia propiciou aos Sinodais uma experiência rica que, com toda a certeza, foi responsável pela seriedade com que os delegados e delegadas opinaram nas sessões temáticas.

¹⁷ Os teólogos Pe. José Adalberto Vanzella e Pe. Osmar Cavaca, respectivamente, assessoram este momento.

Sessões Temáticas

37. Esta etapa foi dividida em nove sessões, de acordo com as Comissões Diocesanas que atualmente compõem o quadro pastoral de nossa Diocese:

Sessão I – 9 de Maio de 2009 – Ministérios Ordenados e Vida Consagrada

Sessão II – 25 de Julho de 2009 – Laicato, Vida e Família

Sessão III – 22 de Agosto de 2009 – Ação Missionária e Cooperação Intereclesial

Sessão IV – 26 de Setembro de 2009 – Animação Bíblico-Catequética

Sessão V – 24 de Outubro de 2009 – Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso

Sessão VI – 21 de Novembro de 2009 – Liturgia

Sessão VII – 20 de Fevereiro de 2010 – Serviço da Caridade, Justiça e Paz

Sessão VIII – 13 de Março de 2010 – Cultura, Educação e Comunicação Social

Sessão IX – 24 de Abril de 2010 – Movimentos Eclesiais, Novas Comunidades e Associações

38. As questões pertinentes a cada sessão foram preparadas pelo Bispo Diocesano, assessorado pela equipe executiva composta por quatro padres, juntamente com o padre moderador. As questões favoreceram que, de forma clara e objetiva, fosse estabelecido um diálogo dinâmico entre o povo de Deus e o Bispo. Foram perguntas específicas, referentes à vivência e atuação de todos os representados pelas respectivas Comissões Diocesanas. Essa dinâmica de perguntas e respostas contou com a mais profunda seriedade de todos os que dela participaram, nas Comissões, nas Regiões Pastorais e nas Paróquias.

39. A cada sessão foram formados grupos de discussão, cuja organização teve como critério a heterogeneidade, a fim de garantir, tanto quanto possível, um diagnóstico sobre determinada situação que expressasse uma preocupação coletiva, fruto de uma reflexão entre pessoas de realidades distintas. As conclusões desse rico trabalho dos grupos eram partilhadas em plenário.

40. Com a preocupação de garantir a manifestação de todos, criou-se ainda nas sessões a tradicional “Fila do Povo”, quando era aberta a palavra para que todos pudessem manifestar suas ideias e sentimentos.

41. Estes encontros serão para sempre lembrados na história eclesial da Diocese de São José dos Campos. As constatações, solicitações e determinações levantadas nessas sessões sinodais são registradas nas páginas que seguem, utilizando para isso a metodologia das nove Comissões Pastorais que participaram do Sínodo, em comunhão com as diretrizes de nossa Sub-região Pastoral de Aparecida, Regional Sul I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Comissão para os Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada

I. Fundamentação

42. A Comissão para os Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada, que tem por função ocupar-se da articulação do serviço de animação vocacional, acompanhar a vida e a atividade pastoral dos Diáconos e Presbíteros, bem como estabelecer o diálogo de comunhão com o núcleo diocesano da Conferência dos Religiosos do Brasil¹⁸, é composta em nossa Diocese pela Pastoral Presbiteral, Comissão Diocesana de Diáconos, Núcleo Diocesano da Conferência dos Religiosos do Brasil, Pastoral Vocacional e Cristãs Leigas Consagradas.

43. Na época da criação da Diocese contávamos com 16 padres diocesanos e nove padres religiosos. O trabalho e incentivo vocacional foi uma das tantas marcas positivas do episcopado do nosso primeiro bispo – Dom Eusébio Oscar Scheid, scj – assumida com entusiasmo por seu sucessor – Dom Nelson Westrupp, scj. Hoje somos 65 padres diocesanos e 13 padres religiosos. Nos 29 anos de existência, a Diocese de São José dos Campos ordenou 70 padres, alguns dos quais já faleceram e outros não exercem mais o ministério presbiteral. Nosso clero serviu ainda a Igreja oferecendo-lhe o fruto de dois Bispos¹⁹.

44. O Concílio Vaticano II pediu a restauração do ministério dos Diáconos em estado permanente, e o Papa Paulo VI, em 18 de junho de 1967, publicou a Carta Apostólica *Sacrum Diaconatus Ordinem*²⁰ com a qual regulamenta o Diaconato Permanente na Igreja latina. A Diocese de Taubaté imediatamente começou a formar candidatos e, em 1971, foram ordenados os primeiros Diáconos Permanentes: dois em São José dos Campos e um em Jacareí. Nos anos de 1975 e 1979, mais quatro Diáconos Permanentes em nossa região foram ordenados. Os Diáconos Permanentes, portanto, já representavam uma fecunda realidade antes mesmo da criação da Diocese. Eram sete e hoje são 64.

45. Contávamos ainda com oito Congregações Religiosas femininas e três masculinas. Hoje são 10 Congregações femininas, cinco masculinas e contamos também com as Cristãs Leigas Consagradas.

18 Cf. CNBB. 17º Plano Biennial de Atividades do Secretariado Nacional 2004 - 2005, p. 13.

19 Dom Dimas Lara Barbosa – Bispo Auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro e Dom Moacir Silva – Bispo Diocesano de São José dos Campos.

20 Paulo VI. *Sacrum Diaconatus Ordinem*, AAS 64 (1977), nn. 534-540.

II. Constações e Determinações Pastorais

Pastoral Vocacional

46. Os Sinodais insistiram fortemente sobre a necessidade de uma reestruturação da Pastoral Vocacional, o que inclui um maior envolvimento das paróquias, dos padres, bem como dos leigos e leigas na mesma. Essa solicitação ecoa um clamor da Igreja nesse sentido:

“A pastoral vocacional, que é responsabilidade de todo o povo de Deus, começa na família e continua na comunidade cristã, deve dirigir-se às crianças e especialmente aos jovens, para ajudá-los a descobrir o sentido da vida e o projeto que Deus tem para cada um, acompanhando-os em seu processo de discernimento”²¹.
“A pastoral vocacional exige, sobretudo hoje, ser assumida com um novo, vigoroso e mais decidido compromisso por parte de todos os membros da igreja”²².

47. É preciso reconhecer que já durante o andamento do I Sínodo Diocesano a Pastoral Vocacional realizou uma revisão metodológica e adequou-se às necessidades diocesanas apontadas pelos Sinodais. A diocese terá sempre uma profunda gratidão com todos e todas que atuam nesse campo tão fundamental. A Pastoral Vocacional deve ser prioridade em todas as nossas ações pastorais. De fundamental importância para que isso aconteça é a atenção especial dos padres no acompanhamento dos vocacionados e vocacionadas de suas comunidades.

Seleção dos candidatos ao Seminário

48. Segundo o Documento de Aparecida, os critérios para a seleção dos candidatos ao Seminário são: “equilíbrio psicológico de uma personalidade sadia, motivação genuína de amor a Cristo, à Igreja e, ao mesmo tempo, capacidade intelectual adequada às exigências do ministério no tempo atual”²³.

49. Ao promover o discernimento vocacional e toda a formação para o ministério, a Igreja é movida por uma dupla atenção: salvaguardar o bem da sua própria missão e, ao mesmo tempo, dos candidatos²⁴. Para que esse bem seja, de fato, salvaguardado, a Diocese de São José dos Campos considerará sempre os documentos da Igreja em todos os níveis (Santa Sé, CNBB e Diocesano), de maneira especial o “Decreto geral legislativo sobre a admissão de egressos ao seminário”²⁵ e a “Ins-

21 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 314.

22 JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica Pastores Dabo Vobis, n. 34.

23 CELAM., op. cit., n. 318.

24 Cf. Congregação para a Educação Católica. Orientações para utilização das competências psicológicas na admissão e na formação dos candidatos ao sacerdócio, n. 1.

25 CNBB. Decreto geral legislativo sobre a admissão de egressos ao seminário. In: http://www.cnb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_48d8ebd3d2758.pdf, acessado em 16/07/2010.

trução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais e da sua admissão ao seminário e às ordens sacras²⁶.

Formação Presbiteral inicial

50. A formação dos futuros presbíteros, com suas exigências, já se apresenta em si mesma como um enorme desafio. À luz do Documento de Aparecida²⁷ fica muito claro que a finalidade da formação nos seminários não é simplesmente formar padres executores de tarefas ou apenas capacitar para a prática pastoral, mas é, acima de tudo, a de formar presbíteros que sejam verdadeiros discípulos missionários.

51. A Formação Presbiteral inicial e permanente foi e continua sendo nossa grande preocupação. Um bom seminário é a garantia de uma diocese fecunda. Um projeto formativo bem definido no seminário proporciona aos seminaristas um autêntico e integral processo de formação – humana, espiritual, intelectual e pastoral – centrada em Jesus Cristo, o Bom Pastor²⁸.

52. A Formação Presbiteral deve estruturar-se em quatro dimensões, como nos ensina a Igreja²⁹:

a) **Formação humana** - “Sem uma adequada formação humana, toda a formação sacerdotal estaria privada do seu necessário fundamento”³⁰.

A formação humana tem por objetivo que os futuros presbíteros cultivem uma série de qualidades humanas que lhes permitam chegar a ser personalidades maduras e livres, capazes de suportar o peso da responsabilidade pastoral. Para isso, requer um acompanhamento específico e um clima de confiança entre formandos e formadores, que favoreça a transparência para se conhecer e resolver as dificuldades encontradas no processo de amadurecimento psicológico. A liberdade com responsabilidade é uma ferramenta valiosa tanto para os formandos como para os formadores nesse processo de amadurecimento.

Na formação humana, as equipes formadoras de nossos seminários contarão com a colaboração de psicólogos, conforme as “Orientações para a utilização das competências psicológicas na admissão e na formação dos candidatos ao sacerdócio”³¹ da Congregação para a Educação Católica. O sacerdócio exige a educação para uma vida ascética que capacite para a disciplina, a renúncia, a mortificação e o domínio dos sentidos. Conhecer-se profundamente e deixar-se conhecer é a base de um processo de educação que visa preparar a natureza humana para acolher o chamado para o sacerdócio.

b) **Formação espiritual** - O Concílio Vaticano II já afirmou: “a formação espiritual (...) seja ministrada de tal modo que os alunos aprendem a viver em íntima

26 Congregação para a Educação Católica. Instrução sobre os critérios de discernimento vocacional acerca das pessoas com tendências homossexuais e da sua admissão ao seminário e às ordens sacras. In: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_20051104_istruzione_po.html, acessado em 16/07/2010.

27 Cf. CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, nn. 314 – 327.

28 Cf. *Ibid.*, n. 319.

29 Cf. JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis*.

30 *Ibid.*, n. 43.

31 Congregação para a Educação Católica. Orientações para a utilização das competências psicológicas na admissão e na formação dos candidatos ao sacerdócio.

comunhão e familiaridade com o Pai por meio de seu Filho Jesus Cristo no Espírito Santo...”³²

É de vital importância para a formação espiritual do candidato que se funda nele, desde o início de seu caminho formativo, a clara consciência de que é ele mesmo o principal, ainda que não o único, agente responsável por sua formação sacerdotal. A finalidade de tal processo consiste em conseguir abrir-se à ação do Espírito Santo para se chegar a uma adesão plena à pessoa de Jesus Cristo, de tal modo a conformar-se com seus pensamentos, palavras e ações.

Para que o seminarista possa discernir com clareza a sua vocação ao sacerdócio ministerial, ele necessita da direção espiritual, fundada na transparência e articulada com uma frequente celebração do sacramento da reconciliação. Nenhum seminarista pode pedir os ministérios e a sagrada ordenação sem o consentimento e orientação do seu diretor espiritual.

A formação espiritual levará o seminarista ao desenvolvimento de uma espiritualidade da caridade pastoral própria do padre diocesano, cujas linhas fundamentais são:

- A consciência de ter sido chamado pelo Pai e impulsionado pelo Espírito Santo para uma configuração com Cristo Bom Pastor;
- O exercício fiel e cotidiano da missão de ensinar, santificar e governar o povo confiado ao seu pastoreio;
- O itinerário por excelência para a santificação pessoal³³;
- A vivência da caridade pastoral;
- A pertença e consagração à sua Diocese, como membro do Presbitério.

c) **Formação intelectual** - A formação intelectual dos seminaristas visa oferecer sólidos fundamentos doutrinários que capacitem o sacerdote para anunciar com competência o Evangelho e para responder aos grandes desafios que lhe apresenta o mundo atual.

A formação teológica deve acontecer a partir da doutrina e da experiência vivida no âmbito da Igreja, na qual o Magistério guarda e interpreta autenticamente o depósito da fé contido na Sagrada Escritura e na Tradição³⁴, e não baseando-se em questões disputadas³⁵.

Do mesmo modo, a formação filosófica deve ser sólida, centrando-se nos mistérios do ser e suas propriedades transcendentais, cultivando a vocação metafísica do filósofo.

Um bom auxílio para o aprofundamento do campo intelectual é propiciar ao seminarista, na medida do possível, a oportunidade de lecionar em cursos da Diocese como, por exemplo, do “Centro de Formação Bíblico–pastoral Irmã Maria Desidéria”. Partilhando o conhecimento adquirido, tem a possibilidade de aprimorá-lo.

d) **Formação Pastoral** - A formação pastoral é uma das dimensões fundamen-

³² Vaticano II. Decreto *Optatum Totius*, n. 8.

³³ Cf. Vaticano II. Decreto *Presbyterorum Ordinis*, nn. 12-13.

³⁴ Cf. Congregação para a Educação Católica. A formação teológica dos futuros sacerdotes, n. 21.

³⁵ Com a expressão “questões disputadas” entende-se o que ainda é pesquisa teológica e não doutrina oficial da Igreja.

tais na formação dos candidatos ao sacerdócio, a qual deve se irradiar a todos os campos e atividades da vida do seminário. Esta dimensão transversal é humanística, filosófica e teológica.

A formação deve implicar o estudo da pastoral como uma verdadeira disciplina teológica, o que não exclui e nem deve diminuir a importância da formação na prática pastoral. Formar padres diocesanos e desenvolver a aptidão para atuar pastoralmente nas paróquias, bem como nas pastorais diocesanas, deve ser um critério formativo fundamental.

53. A formação pastoral deve ainda educar os futuros sacerdotes para o exercício do ministério da Palavra, da santificação e da caridade. Particular atenção merece uma preparação conveniente no campo da homilética.

54. É necessário também formar os seminaristas para a solidariedade com os pobres, que não deve ficar somente no plano teórico ou meramente emotivo, sem uma verdadeira incidência nos seus comportamentos e nas suas decisões. Nessa área, à medida do possível, nunca prejudicando o andamento das casas de formação, os seminaristas podem aproveitar das riquezas que a Diocese possui, quer no campo teórico (Escola de Política e Cidadania), quer no prático (Casa Logos, Casa da Acolhida, Central de Doações da *Caritas* Diocesana, hospitais, entre outros).

55. O espírito missionário deve ser sempre ressaltado em todas as dimensões da formação, mas de maneira especial na pastoral, em que efetivamente pode ser valorizado por meio de experiências missionárias durante o recesso acadêmico.

56. É preciso sempre ter presente que o seminário é espaço privilegiado de discipulado e de formação dos missionários³⁶. Sendo assim, sob direta supervisão do Bispo Diocesano, fica explícita a responsabilidade dos reitores e formadores no sentido de não deixarem que nenhuma das dimensões acima seja valorizada demasiadamente em detrimento de outra. Essa preocupação em evitar um processo formativo unilateral é rica em benefícios tanto para o futuro presbítero como para a Igreja.

Pastoral Presbiteral

57. Não seria transparente deixar de reconhecer que durante todo o I Sínodo Diocesano o clero foi citado, de uma forma ou de outra, em quase todas as sessões. Isto justifica o porquê de um deter-se mais detalhadamente sobre esse ponto.

58. A Pesquisa mostrou uma porcentagem de 80% de satisfação dos fiéis com relação à atuação dos padres em nossa Diocese; porém, apontou também pouca preparação dos mesmos para atuar nas áreas mais exigentes da Pastoral Social e ainda que a ação evangelizadora tem dificuldades para atingir tanto a classe alta como a classe socialmente menos favorecida, atingindo de modo satisfatório somente as classes intermediárias.

59. Os Sinodais apontaram a necessidade dos padres serem mais “pastores” do

³⁶ Cf. CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, nn. 316; 327.

que administradores paroquiais; a necessidade de uma maior proximidade com o povo, maior presença na comunidade e um acompanhamento pastoral mais efetivo. Ainda referiram-se à importância de oferecer maior apoio aos fiéis leigos, delegando-lhes funções na comunidade. Os Sinodais também apontaram a necessidade de uma melhor atenção na preparação das homilias. Aqui é importante ressaltar que 40,8% das pessoas entrevistadas disseram já ter mudado de opinião após ouvir uma homilia bem feita, e 59% querem que a homilia trate da Palavra de Deus.

60. Os anseios dos fiéis de nossa Diocese com relação aos padres vêm ao encontro da identidade do presbítero apresentado pela Conferência de Aparecida:

“O Povo de Deus sente a necessidade de presbíteros-discípulos: que tenham uma profunda experiência de Deus, configurados com o coração do Bom Pastor, dóceis às orientações do Espírito, que se nutram da Palavra de Deus, da Eucaristia e da oração; de presbíteros-missionários movidos pela caridade pastoral: que os leve a cuidar do rebanho a eles confiado e a procurar os mais distanciados, pregando a Palavra de Deus, sempre em profunda comunhão com seu Bispo, os presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas e leigos; de presbíteros-servis da vida: que estejam atentos às necessidades dos mais pobres, comprometidos na defesa dos direitos dos mais fracos e promotores da cultura da solidariedade. Também de presbíteros cheios de misericórdia, disponíveis para administrar o sacramento da reconciliação”³⁷.

61. Apesar do resultado positivo da avaliação da atuação dos padres demonstrado pela Pesquisa, há o risco de se apontar uma realidade presbiteral genérica. No entanto, isto não pode ser um fator que nos ofereça completa satisfação. Não podemos nos acomodar diante desta constatação. A conversão pessoal e pastoral, como pede Aparecida, deve ser por nós sempre perseguida. O testemunho de vida é a primeira forma de despertar e animar as vocações. Ao Bispo Diocesano, junto com a Pastoral Presbiteral, compete a missão de manter sempre um clima de fraternidade, diálogo e transparência no Presbitério.

62. Com relação ao “Ano Sabático”, por ocasião do Jubileu de Prata de Ordenação Sacerdotal, ressaltamos que ele aparece nos documentos da Igreja como uma “possibilidade” e sempre em comum acordo com o Bispo³⁸. Diante disto, que os presbíteros que, por ocasião do Jubileu de Prata de Ordenação Sacerdotal, sentirem

necessidade desse tempo, procurem diretamente o Bispo para tratar do assunto.

63. Com relação aos aspectos mais exigentes da Pastoral Social e ante a deficiência notada nos padres para atuar nesse campo, a Diocese estará sempre aberta para oferecer oportunidade de formação específica nestas áreas aos padres que a desejarem ou que forem indicados para o trabalho.

A presença maior do Bispo

64. A presença do Bispo é necessária e de fundamental importância em todos os momentos da vida eclesial, ou seja, junto aos padres, diáconos, religiosos(as), consagrados(as) e leigos(as). Esse é o clamor do coração de todo pastor que deseja estar cada vez mais junto de seu povo, para participar de suas vidas, celebrar suas alegrias e solidarizar-se com suas tristezas.

65. Contudo, nossa realidade, invariavelmente sobrecarregada, não permite que esse clamor obtenha uma resposta adequada da parte do Bispo. Não obstante, permanece o compromisso de buscar os meios para tornar mais efetiva a presença do Bispo entre seus diocesanos. Esse compromisso aplica-se de modo particular aos padres e de maneira especial aos mais novos e idosos.

66. A presença do Bispo será sempre paternal, ou seja, carregada de afeto e carinho, mas nem por isso deixará de trazer a marca da responsabilidade que o ministério exige: o zelo e o governo diocesano.

67. Destacamos ainda a importância da presença pública do Bispo, nos meios de comunicação (jornal, rádio, televisão) e nos ambientes onde se tomam decisões que afetam diretamente a vida do nosso povo: as instâncias dos poderes públicos. Nesse ponto, entendemos que se pode compartilhar essa responsabilidade com o Presbitério diocesano. Cada presbítero, na medida de seu conhecimento e sempre em consonância com o pensamento e as orientações da Igreja, deve sentir-se responsável por essa presença.

Diaconado Permanente

68. Nossa Diocese, desde seu início, contou com o ministério dos Diáconos Permanentes e promoveu a vocação dos mesmos, criando a Escola Diaconal. Hoje seria impensável a nossa caminhada eclesial sem a presença dos Diáconos Permanentes.

69. Os Sinodais lembraram a importância da atuação dos diáconos nas pastorais e pediram uma maior presença dos mesmos não somente no âmbito sacramental, mas principalmente uma atuação no campo social e administrativo; perceberam a necessidade de maior comunhão entre padres e diáconos na partilha de responsabilidades. Ainda citaram que é indispensável uma melhor preparação das homilias por eles proferidas.

70. No exercício do ministério diaconal, as diretrizes e normas diocesanas, de modo particular aquelas da Pastoral Familiar, devem ser observadas e, em caso de dúvidas na interpretação das mesmas, o diácono deve sempre agir em comunhão

com o pároco, em atitude de cooperação paroquial.

71. Com o intuito de normatizar a atividade dos diáconos e promover a unidade diocesana, caberá a representantes do Conselho Presbiteral e do Colégio Diaconal elaborar um Diretório que contemple as varias dimensões deste ministério.

72. Ainda com relação à formação do Colégio Diaconal, expressando preocupação e zelo para que responda às exigências do mundo atual, a formação inicial dos Diáconos Permanentes em nossa Igreja Particular será realizada, a partir de agora, pela Faculdade Católica de São José dos Campos, através do mesmo curso teológico para a formação dos seminaristas.

Vida consagrada

73. A presença da Vida Consagrada com seus respectivos carismas constitui uma grande riqueza para a Igreja e não pode ser diferente em nossa Diocese. João Paulo II afirmou:

“... missão peculiar da vida consagrada é manter viva nos batizados a consciência dos valores fundamentais do evangelho (...) A vida consagrada suscita continuamente, na consciência do povo de Deus, a exigência de responder com santidade de vida ao amor de Jesus derramado nos corações pelo Espírito Santo...”³⁹.

74. A Conferência de Aparecida recorda que os consagrados e consagradas, em comunhão com os pastores, “são chamados a fazer de seus lugares de presença, de sua vida fraterna em comunhão e de suas obras, lugares de anúncio explícito do Evangelho, principalmente aos mais pobres, como tem sido em nosso continente desde o início da evangelização”⁴⁰.

75. Para que isto se efetive é indispensável o favorecimento de uma presença mais ativa dos religiosos e religiosas nas comunidades paroquiais, bem como o esforço destes para maior envolvimento nas paróquias, na medida do possível e sem ferir o próprio carisma.

Comissão Diocesana para o Laicato, Vida e Família

I. Fundamentação

76. A Comissão Diocesana para o Laicato, Vida e Família, que tem como objetivo “promover a vocação e missão, formação e espiritualidade, organização e atuação do laicato, particularmente da juventude⁴¹” e da família, é composta em nossa Diocese pela Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, Fraternidade São Francisco de Assis, de São José dos Campos, Ordem Secular dos Servos de Maria, Pastoral da Juventude, Setor Juventude, Pastoral Familiar, Setor Família, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Pastoral dos Surdos, Conselho de Leigos, Comissão em Defesa da Vida e Grupo de Médicos Católicos “São Lucas”.

II. Constatações e Determinações Pastorais

Laicato, a grande força de nossa Diocese

77. “Os fiéis leigos são ‘os cristãos que estão incorporados a Cristo pelo batismo, que formam o povo de Deus e participam das funções de Cristo: sacerdote, profeta e rei. Eles realizam, segundo sua condição, a missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo’⁴². São ‘homens da Igreja no coração do mundo, e homens do mundo no coração da Igreja’⁴³. As dimensões *ad-intra* e *ad-extra*, ou seja, as ações dentro e fora do ambiente eclesial devem ser, naquilo que lhes cabe, assumidas pelos leigos com empenho. As comunidades precisam dos diversos ministérios e serviços.

78. Que os fiéis leigos e leigas assumam seu verdadeiro protagonismo. Os leigos precisam ser mais comprometidos, participar mais, não só como objeto da ação da Igreja, mas exercendo “sua missão própria e específica que se realiza no mundo, de tal modo que, com seu testemunho e sua atividade, eles contribuam para a transformação das realidades e para a criação de estruturas justas segundo os critérios do Evangelho. Além disso, eles tem o dever de fazer crível a fé que professam, mostrando autenticidade e coerência em sua conduta”⁴⁴. O campo da política, bem como outros segmentos decisórios de nossa sociedade, são espaços carentes dessa atuação. Aplicam-se as mesmas palavras para os movimentos populares.

79. Esta atuação, no entanto, precisa de formação sólida⁴⁵. A Diocese responde a esta necessidade por meio do Centro de Formação Bíblico-pastoral Irmã Maria Desidéria, da Escola de Política e Cidadania, da Faculdade Católica de São José dos Campos e das diversas iniciativas de formação promovidas pelas pastorais, movimentos e organismos. Papel capital na capacitação dos leigos(as) exercerá o

41 CNBB. 17º Plano Biennial de Atividades do Secretariado Nacional, 2004 - 2005, p. 29.

42 Cf. Vaticano II. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n. 31.

43 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 209.

44 *Ibid.*, n. 210.

45 Cf. *Ibid.*, n. 212: “Para cumprir sua missão com responsabilidade pessoal, os leigos necessitam de uma sólida formação doutrinal, pastoral, espiritual e um adequado acompanhamento para darem testemunho de Cristo e dos valores do reino no âmbito da vida social, econômica, política e cultural”.

Conselho Diocesano de Leigos, organismo importante na organização do Laicato, que auxilia em sua capacitação.

80. O testemunho e a atuação pastoral de Franz de Castro Holzwarth⁴⁶, advogado e militante dos Direitos Humanos, particularmente exercidos na APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), é uma referência para o laicato da nossa diocese.

Pequenas Comunidades Eclesiais

81. Com o Documento de Aparecida, “constata-se que nos últimos anos está crescendo a espiritualidade de comunhão e que, com diversas metodologias, não poucos esforços têm sido feitos para levar os leigos a se integrarem nas pequenas comunidades eclesiais, que vão mostrando frutos abundantes. Nas pequenas comunidades eclesiais temos um meio privilegiado para chegar à Nova Evangelização e para chegar a que os batizados vivam como autênticos discípulos e missionários de Cristo”⁴⁷.

82. Na estruturação paroquial, assumimos com a Conferência de Aparecida as pequenas comunidades eclesiais, que são “um ambiente propício para se escutar a Palavra de Deus, para viver a fraternidade, para animar na oração, para aprofundar processos de formação na fé e para fortalecer o exigente compromisso de ser apóstolos na sociedade de hoje. São lugares de experiência cristã e evangelização que, em meio à situação cultural que nos afeta, secularizada e hostil à Igreja, se fazem muito mais necessários”⁴⁸. Com essas pequenas comunidades eclesiais, a paróquia vai se tornando comunidade de comunidades, uma rede de comunidades, “capazes de se articular conseguindo que seus membros se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão”⁴⁹.

83. Como experiência de pequenas comunidades, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) merecem uma atenção especial. O tempo de dedicação à missão e o número de pessoas envolvidas, por meio da setorização de nossas paróquias, tem trazido resultados satisfatórios. Com o Documento de Aparecida, afirmamos:

“As comunidades eclesiais de base, no seguimento missionário de Jesus, têm a Palavra de Deus como fonte de sua espiritualidade e a orientação de seus pastores como guia que assegura a comunhão eclesial. Demonstram seu compromisso evangelizador e missionário entre os mais simples e afastados e são expressão visível da opção preferencial pelos pobres. [...] as CEBs se convertem em um sinal de vitalidade na Igreja particular.”⁵⁰.

46 Franz de Castro Holzwarth, nascido em Barra do Pirai - RJ, em 18 de maio de 1942, encerrou com sua morte uma vida repleta de ação em favor dos encarcerados. Foi assassinado aos 38 anos, no dia 14 de fevereiro de 1981, em Jacareí - SP, durante uma rebelião na cadeia, quando havia sido chamado para mediar as negociações e se ofereceu para ficar como refém no lugar de um policial militar. O seu processo de canonização foi instalado no dia 6 de março de 2009.

47 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 307.

48 Ibid., n. 308.

49 Ibid., n. 172.

50 Ibid., n. 179.

84. Em nossa Diocese, também, algumas iniciativas vêm acontecendo com o intuito de valorizar as pequenas comunidades. Exemplos dessas iniciativas são o “SINE” (Sistema Integrado de Nova Evangelização), a “MIPA” (Missão Integrada Paroquial) e a “Paróquia em Células”, experiências estas que serão avaliadas com o tempo e a partir de seus frutos.

Família, escola da Fé

85. A família foi e continua sendo uma das primeiras preocupações da pastoral em nossa Diocese. Já em 1985, a Pastoral Familiar foi a primeira a ter suas Diretrizes Diocesanas, que passaram por revisões e adaptações ao longo desses anos para responder às necessidades do cuidado pastoral das famílias. Dentro das limitações de qualquer documento, as Diretrizes têm cumprido seu papel. Sendo assim, que todos os que exercem seu discipulado missionário junto à Pastoral Familiar trabalhem sempre em unidade, particularmente no campo das normas para os sacramentos do Batismo e Matrimônio. É de fundamental importância que os agentes sejam sempre capacitados nos diversos segmentos da Pastoral Familiar para que essa unidade de fato aconteça.

86. O mundo contemporâneo constantemente nos desafia com “novidades” que acabam por nos pedir atitudes, muitas vezes, não condizentes com o espírito cristão. As atitudes radicais de excessiva permissividade ou moralismos exagerados sem sentido não representam a vontade da Igreja que é o desejo de Cristo: justiça e misericórdia. Diante desta afirmação haja atenção e carinho pastoral especial para com todas as famílias, nas diversas circunstâncias pelas quais passam, por mais desafiadoras que sejam. Os casais de segunda união, não raramente encontrados fragilizados em nossas comunidades, devem ser incentivados a participarem da vida eclesial na medida do possível. Devemos nos esforçar por retirar deles o peso dos preconceitos. A atitude requerida para atendê-los e recebê-los é a sinceridade, solidariedade e acolhida, embasada na posição oficial da Igreja, atitude esta que deve ser sempre de esclarecimento a partir dos documentos oficiais⁵¹ e nunca de omissão. O preço dos “achismos” pode ser muito alto na vida espiritual dessas pessoas.

87. Outro grupo com maior vulnerabilidade diante das dificuldades do tempo moderno, para o qual a Pastoral Familiar deve ter uma atenção especial, é o grupo dos recém-casados. Muitas vezes, por falta de uma devida atenção, acabam por tomar decisões que podem comprometer suas vidas de forma definitiva. O Documento de Aparecida fala que a família é chamada a ser a primeira escola da fé:

“Para que a família seja escola de fé e possa ajudar os pais a serem primeiros catequistas de seus filhos, a pastoral familiar deve oferecer espaços de formação, materiais catequéticos, momentos celebrativos, que lhes permitam cumprir sua missão educativa”⁵².

51. A referência será sempre a Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, do Papa João Paulo II.

52. CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 302.

88. A Pastoral Familiar esteja atenta para auxiliar as famílias – primeiro espaço de catequese – na orientação para esta primeira educação da fé. Um subsídio diocesano para esse fim seria, com certeza, bem vindo nos lares católicos. Caberá a esta Pastoral em conjunto com a Comissão Diocesana para a Animação Bíblico-Catequética elaborar tal subsídio.

89. Os Sinodais apontaram ainda para a importância de uma maior interação entre Pastoral Familiar e outras pastorais e movimentos que trabalham com as famílias. As reuniões do Setor Família devem ser um espaço aglutinador de forças, aberto à partilha de desafios e planejamento de ações comuns na área da família.

90. Outra constatação importante, feita pelos Sinodais, para a qual a Pastoral Familiar deve empenhar esforços é quanto à constante revisão e atualização tanto de conteúdo como de métodos dos Encontros de Noivos, Santificação e Pais e Padrinhos.

Vida

91. O Documento de Aparecida afirma: “O ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, também possui uma altíssima dignidade que não podemos pisotear e que somos convocados a respeitar e a promover. A vida é presente gratuito de Deus, dom e tarefa que devemos cuidar desde a concepção, em todas as suas etapas até a morte natural, sem relativismos”⁵³. Portanto, a defesa da vida deve ser sempre entendida de forma ampla: todas as realidades que ameaçam a vida como as drogas, a violência, o desemprego, a falta de políticas públicas em favor dos menos favorecidos, e não somente o aborto e a eutanásia, devem ser combatidas e denunciadas.

92. Por outro lado, “para a Igreja, a mesma veemência que se demonstra na defesa da vida em sua dimensão social deve ser demonstrada no tocante à defesa da vida em sua dimensão pessoal”⁵⁴, ou seja, a preocupação com realidades como o aborto e a eutanásia merecem total empenho no aprofundamento teórico para que se possa embasar um real empenho prático.

93. A Associação Casa Mãe⁵⁵, em nossa Diocese, é um exemplo desse empenho. Pessoas com embasamento teórico assumiram uma missão que já tem se tornado referência, inclusive em nível nacional, na defesa do nascituro.

94. A Pesquisa aponta o dado preocupante de que somente uma pequena parcela dos entrevistados se preocupa com a defesa da vida. Não se trata, certamente, de falta de sensibilidade para com a vida, mas sim de falta de informações adequadas e de conhecimento aprofundado sobre o tema. Isso reitera a necessidade apontada pelos Sinodais de uma maior divulgação da Comissão em Defesa da Vida e da importância de promover encontros sobre o tema, ressaltando a sacralidade da vida humana. É preciso promover, ainda, discus-

⁵³ CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 464.

⁵⁴ Declaração da 48ª Assembleia Geral da CNBB sobre o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3), 12 de maio de 2010.

⁵⁵ A Associação Casa Mãe é o “Centro de Ajuda à Mulher” (CAM), existente na Diocese de São José dos Campos, na cidade de Jacareí – SP. Tem por objetivo orientar e oferecer apoio material, psicológico e espiritual a mulheres grávidas que optaram ou estão na iminência de optar pelo aborto.

sões na sociedade civil, de modo particular no meio político, que gerem a elaboração de leis com o intuito de defender da vida.

95. A defesa da vida abrange todos os segmentos da sociedade e da Igreja – não é somente uma preocupação da Pastoral Familiar – e, por isso, diante de todas as manifestações que possam vir a acontecer em favor desta causa, como abaixo-assinados e atos públicos, toda a Diocese deve ser responsável.

A Igreja precisa da Juventude

96. A análise da Pesquisa, juntamente com a reflexão dos Sinodais, aponta para uma juventude dispersa, para a falta de atividades e programas que tragam o jovem para a vida eclesial. Os Sinodais apontaram também para a importância da motivação, nas paróquias, para ações com a juventude e para a necessidade de acolher e ouvir mais os jovens, buscando novas formas de atraí-los. Foi levantada também a questão da falta de confiança em delegar responsabilidades aos jovens.

97. Constatou-se no Sínodo que “se a Igreja continuar perdendo parcelas significativas de juventude... corremos o risco de amanhã termos uma Igreja envelhecida”⁵⁶. A presença da juventude não pode ser entendida somente como uma “promessa para o futuro”. Bento XVI disse aos jovens no Estádio do Pacaembu em São Paulo por ocasião de sua visita ao Brasil:

“Vós sois o presente jovem da Igreja e da Humanidade. Sois seu rosto jovem. A Igreja precisa de vós, como jovens, para manifestar ao mundo o rosto de Jesus Cristo, que se desenha na comunidade cristã. Sem o rosto jovem a Igreja se apresentaria desfigurada”⁵⁷.

98. A juventude, portanto, é o presente da Igreja e deve assumir agora o seu papel na ação evangelizadora, não somente como objeto dessa ação, mas como protagonista da mesma. A evangelização da juventude é o maior presente que a Igreja pode dar à sociedade atual. Ainda que algumas correntes do pensamento contemporâneo discordem, o jovem é sedento de sentido para sua vida, como afirmou João Paulo II, o Papa da Juventude, por ocasião do início do terceiro milênio:

“Às vezes encontra-se na análise que fazem dos jovens, com todos os problemas e fragilidades que os caracterizam na sociedade contemporânea, uma tendência ao pessimismo ... não obstante possíveis ambiguidades, (a juventude) sente um anseio profundo

⁵⁶ Cf. Professor Sílvio Luiz Costa. Transcrições Sinodais.

⁵⁷ Discurso do Papa Bento XVI aos jovens no Estádio do Pacaembu, n.7. In: Palavras do Papa Bento XVI no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 2007, p.30.

daqueles valores autênticos que têm em Cristo a sua plenitude. Porventura não é Cristo o segredo da verdadeira liberdade e da alegria profunda do coração? Não é Cristo o maior amigo e, simultaneamente, o educador de toda a amizade autêntica? Se Cristo lhes for apresentado com o seu verdadeiro rosto, os jovens reconhecem-No como resposta convincente e conseguem acolher a sua mensagem, mesmo se exigente e marcada pela Cruz.⁵⁸

99. Os jovens “não temem o sacrifício nem a entrega da própria vida, mas sim uma vida sem sentido⁵⁹”. Não tenhamos medo de apresentar explicitamente o rosto verdadeiro de Jesus Cristo como o sentido para a vida. Nesse particular a catequese crismal deve favorecer um encontro com Jesus Cristo vivo, em que o jovem possa contemplar o autêntico rosto de Cristo.

100. O mundo de hoje é pragmático, exigente e busca a eficiência. Concorrendo ou não com o peso que essas características representam para a juventude, não podemos deixar que nossas ações pastorais estejam descontextualizadas. Elas também devem ser práticas, sérias e eficientes. Necessitamos para isso de planejamento e projetos que nos possibilitem ir ao encontro dos jovens onde quer que eles estejam, levando a Boa Notícia do Evangelho aos seus ambientes. Para isso, as comunidades paroquiais possuam o Conselho Paroquial de Juventude (CPJ), articulando as forças vivas que trabalham com a evangelização da juventude, sempre em sintonia com o Conselho Diocesano de Juventude (CDJ). Garantindo o carisma e as peculiaridades de cada pastoral, movimento e espiritualidade, devemos aglutinar nossos esforços evangelizadores em favor dos jovens. Particularmente, a catequese crismal deve ser uma efetiva presença no Conselho Diocesano de Juventude.

101. Ao Conselho Diocesano de Juventude fica confiada a preocupação de proporcionar capacitação para as lideranças diocesanas que trabalham com a evangelização da juventude, recebendo dos párocos o apoio afetivo e efetivo às iniciativas do CDJ.

102. A Pastoral da Juventude foi a grande força de evangelização junto à juventude por longos anos em nossa diocese. Mesmo com o surgimento de outras forças de evangelização no campo da juventude, reconhecemos que esta pastoral continua sendo uma referência fundamental na evangelização da juventude, contribuindo para formar a consciência crítica dos jovens frente à realidade em que vivemos e trabalhando desde a base até à inserção na militância por uma sociedade justa e solidária. Que se apóie e incentive sempre suas ações, desde que realizadas em conformidade com o Evangelho, os documentos da Igreja e a orientação dos pastores.

Comissão Diocesana para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial

I. Fundamentação

103. A Comissão Diocesana para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial, que tem como objetivo organizar e realizar as tarefas de animação, formação, organização e cooperação missionária, dedicando especial atenção à espiritualidade missionária⁶⁰, é composta em nossa Diocese pelo Conselho Missionário Diocesano (COMIDI), Infância Missionária, Pastoral do Dízimo, Pastoral dos Estrangeiros e Pastoral Nipo-Brasileira.

II. Constatações e Determinações Pastorais

O espírito missionário

104. O Concílio Vaticano II afirma que “a Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na missão do Filho e do Espírito Santo”⁶¹. Com essa afirmação, fundamenta teologicamente a missionariedade da Igreja como essencial à sua existência. Por sua vez, João Paulo II transporta essa definição teológica para a prática pastoral afirmando que “[...] as Igrejas mais jovens devem ‘participar o quanto antes e de fato na missão universal da Igreja, enviando também elas, por todo o mundo, missionários a pregar o Evangelho, mesmo se sofrem escassez de clero’⁶². Muitas já assim fazem: eu encorajo-as vivamente a continuar”⁶³.

105. Dentro desse espírito é que a Diocese de São José dos Campos mantém uma histórica preocupação missionária. A região Amazônica, a Prelazia de Paranatinga - MT, a Prelazia de São Felix do Araguaia - MT, a Diocese de Paranaguá - PR e a Armênia já contaram com missionários, padres e leigos(as), da nossa Diocese. Atualmente temos um compromisso com a Paróquia São Pedro e São Paulo, em Nova Casa Verde, município de Nova Andradina, Diocese de Dourados - MS. A Diocese de São José dos Campos, independentemente da possível carência de sacerdotes, nunca deixará de ter um Projeto Missionário ativo.

Revigoreamento do espírito missionário

106. O documento de Aparecida despertou a consciência missionária da Igreja na América Latina. Com os Bispos recordamos a todos os diocesanos e diocesanas que:

“Ao chamar os seus para que o sigam, Jesus lhes dá uma missão muito precisa: anunciar o evangelho do Reino a todas as nações (cf.

60 Cf. CNBB. 17º Plano Biennial de Atividades do Secretariado Nacional 2004-2005, p. 52.

61 Vaticano II. Decreto *Ad Gentes*, n. 2.

62 *Ibid.*, n. 20.

63 JOÃO PAULO II. Carta Encíclica *Redemptoris Missio*, n. 62.

Mt 28,19; Lc 24,46-48). Por isto, todo discípulo é missionário, pois Jesus o faz partícipe de sua missão, ao mesmo tempo que o vincula como amigo e irmão. Dessa maneira, como Ele é testemunha do mistério do Pai, assim os discípulos são testemunhas da morte e ressurreição do Senhor até que Ele retorne. Cumprir essa missão não é uma tarefa opcional, mas parte integrante da identidade cristã, porque é a extensão testemunhal vocação mesma⁶⁴.

107. Não existe verdadeiro discípulo que não seja missionário e não existe verdadeiro missionário que não seja discípulo. “Discipulado e missão são como os dois lados de uma mesma moeda: quando o discípulo está enamorado de Cristo, não pode deixar de anunciar ao mundo que só Ele salva (cf. At 4,12). Na realidade, o discípulo sabe que sem Cristo não há luz, não há esperança, não há amor, não há futuro⁶⁵.

108. Para que tenhamos corajosos missionários devemos formar discípulos apaixonados. “Não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas através do encontro com um acontecimento, com uma pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva⁶⁶. No processo de formação de discípulos missionários, o Documento de Aparecida destaca cinco aspectos fundamentais: o encontro com Jesus Cristo, a conversão, o discipulado, a comunhão e a missão⁶⁷. A falha nesse processo pode comprometer a qualidade do discipulado que, por sua vez, comprometerá fatalmente a qualidade da missão. Diante desse risco todas as forças vivas de nossa Diocese são convocadas a “repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia⁶⁸ suas metodologias.

109. É importante que analisemos com coragem nossas práticas e nos perguntemos: “*Nossas pastorais, movimentos, espiritualidades e organismos estão levando as pessoas a um encontro com Jesus Cristo e proporcionando, assim, a conversão que faz nascer o discípulo, que, em comunhão com a Igreja, vai abraçar afetiva e efetivamente a missão?*”. A firme decisão missionária deve impregnar todas as nossas estruturas eclesiais, pastorais e paroquiais. “Nenhuma comunidade deve se isentar de entrar decididamente, com todas suas forças, nos processos constantes de renovação missionária e de abandonar as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé⁶⁹. A atitude acima vai exigir de todos – bispo, padres, diáconos, religiosos(as), consagrados(as) e leigos(as) – uma profunda conversão pessoal e pastoral.

110. Todas as contribuições que chegaram dos Sinodais fazem eco aos recentes documentos do Conselho Episcopal Latino-Americano e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, convocando nossa Diocese para um estado permanente de missão. Fica confiada à Coordenação Diocesana de Pastoral a responsabilidade de articular forças para que se elabore um projeto missionário em nossa Diocese, tornando

64 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 144.

65 BENTO XVI. Discurso Inaugural do Papa Bento XVI, 3. In: CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe.

66 BENTO XVI. Carta Encíclica Deus Caritas Est, n. 12.

67 CELAM., op. cit., n. 278.

68 Ibid., n. 11.

69 Ibid., n. 365.

concreto esse estado permanente de missão. Um projeto que seja claro, prático e objetivo, e que realmente possa ser aplicado em todas as realidades diocesanas, respeitando a diversidade das paróquias, mas buscando caminhar na unidade.

111. A grande motivação desse projeto deve ser o “ir ao encontro”. Nenhum ponto de nossas paróquias deve ficar sem receber uma visita, nenhuma pessoa que reside em nossas comunidades pode ficar sem receber a Boa Notícia de Jesus Cristo. O engajamento eclesial, a inserção nas pequenas comunidades, a participação da vida da Igreja, ainda que não seja este o fim último da missão, deve ser buscado.

112. O estado permanente de missão não pode excluir algumas atividades específicas que trazem tantos frutos à vida de nossas paróquias e comunidades. O mês missionário é um exemplo: quantas pessoas voltaram a participar da vida eclesial depois de uma visita, uma missa especial ou mesmo uma atividade realizada num tempo forte de missão. Que esses “*tempos fortes*” de missão sejam revigorados em nossas comunidades.

113. A formação de missionários também é um grande desafio. Nossa Diocese tem estrutura e potencial para promover, periodicamente, um curso de preparação para missionários. Devemos utilizar mais das estruturas disponíveis na Faculdade Católica de São José dos Campos, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e nas Pontifícias Obras Missionárias, particularmente, da contribuição dos seus assessores. Que essa seja uma preocupação constante da Comissão Diocesana para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial.

Conselho Missionário Diocesano (COMIDI) e Infância e Adolescência Missionária (IAM)

114. O Conselho Missionário Diocesano (COMIDI) propõe-se a animar todo o povo de Deus, para que este descubra sua vocação e responsabilidade missionária, tanto aquém como além das fronteiras de nossa Diocese.

115. A Infância e Adolescência Missionária (IAM) é um instrumento providencial e privilegiado para animar e formar missionariamente as crianças e adolescentes, desenvolvendo o seu protagonismo na evangelização e na solidariedade, sobretudo numa perspectiva universal. A IAM propõe às crianças e adolescentes de todas as Dioceses do mundo um programa baseado na oração, no sacrifício e em gestos de solidariedade concreta, para que se tornem evangelizadores.

Pastoral do Dízimo

116. A Pastoral do Dízimo tem por missão evangelizar por meio da partilha, criando uma consciência de co-responsabilidade na vida em comunidade. É exatamente pela definição de sua missão que a Pastoral do Dízimo pertence à Comissão Diocesana para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial. A partilha de recursos é algo essencial da missão. Com o nosso dízimo nós fazemos a Igreja chegar “aos outros” no campo da liturgia, da evangelização e dos mais necessitados.

117. O dízimo é abertura ao “Outro” e aos “outros”. É a prova de gratidão para com Deus, de quem tudo recebemos; é devolução a Deus, por meio da Igreja, de um pouco do muito que ele nos dá; é contribuição para a comunidade, da qual fazemos parte pelo batismo; é partilha que nasce do amor aos irmãos e irmãs, especialmente aos mais empobrecidos; é expressão de fé em Deus e do amor que possuímos para com a Igreja. O dízimo é também um caminho de conversão: ao partilhar a pessoa se transforma, pois quem vence o egoísmo acolhe com mais facilidade a Deus e as suas bênçãos, isto é, abre-se à generosidade de Deus.

118. Nossa Diocese faz a experiência do dízimo desde o seu início. A Pastoral do Dízimo está presente em todas as paróquias e conta com uma organização em nível de diocese, de região pastoral e de paróquia. O mês de novembro, já há alguns anos, é o mês de conscientização sobre o dízimo, para o que realizam-se atividades concernentes a esse fim nas celebrações, plantões no final das missas e missa da partilha.

119. Embora a Pastoral do Dízimo em nossa Diocese tenha uma presença marcante e eficaz, os Sinodais indicaram que é preciso investir mais na conscientização do dízimo, utilizando os diversos meios de comunicação de que dispomos (internet, informativo de comunidade, Rádio Mensagem, Jornal Expressão, entre outros); apontaram também para a necessidade de uma melhor capacitação dos agentes da Pastoral do Dízimo e para a importância da prestação de contas do dízimo arrecadado, não só em números, mas em ações concretas, inclusive divulgando testemunhos de dízimistas. Tudo isso geraria uma maior transparência na aplicação do dízimo.

120. Com uma preocupação pedagógica, incentivamos o dízimo mirim. Ele incute desde cedo na consciência das crianças e adolescentes o sentido de co-responsabilidade eclesial.

Pastoral dos Estrangeiros

121. Nossa Diocese encontra-se num dos pólos industriais mais importantes do país. Contamos aqui com grandes indústrias e empresas multinacionais que dão à nossa região a pujança encontrada em poucas localidades. Deriva disso que nossa região goza de privilégios econômicos e sociais, mas também de grandes desafios.

122. A necessidade do mercado de trabalho é, entre outras, causa de um grande influxo de pessoas de outras nacionalidades que chegam à nossa região com suas culturas e hábitos, muitas das quais acostumadas a receber em suas pátrias a atenção e a caridade pastoral da Igreja. A Diocese de São José dos Campos não pode deixar de atender essas pessoas e famílias em suas mais diversas necessidades.

123. Com gratidão constatamos o trabalho desenvolvido pela Pastoral Nipo-brasileira junto à tradicional colônia japonesa presente em nossa Diocese, e também pela Pastoral dos Estrangeiros com seu desafio específico de acolher pessoas de diversas nacionalidades. Que haja uma unidade maior entre essas pastorais, para que o trabalho se intensifique e para que as comunidades paroquiais onde essa realidade é mais frequente não deixem de preocupar-se com esse ponto importante da evangelização, de maneira especial, promovendo celebrações eucarísticas nos diversos idiomas. A dificuldade de sacerdotes que possam se dispor a essa prática não deve ser impedimento para a acolhida dessas pessoas.

Comissão Diocesana para a Animação Bíblico-Catequética

I. Fundamentação

124. A Comissão Diocesana para a Animação Bíblico-catequética, que propõe um caminho de formação sistemática e progressiva da Fé, para que as pessoas possam fazer uma experiência pessoal e comunitária de Jesus Cristo, na sua Igreja, através da Palavra de Deus e dos Sacramentos⁷⁰, é composta em nossa Diocese pela Pastoral Catequética e Catequese Crismal.

II. Constatações e Determinações Pastorais

125. A Pesquisa mostrou uma porcentagem de mais de 80% de satisfação dos fiéis com relação à Catequese e à Crisma, mas revelou também uma incoerência entre fé, vida e engajamento nas comunidades, o que é facilmente constatado na prática. Tal incoerência questiona a formação oferecida aos fiéis nesses âmbitos de nossa pastoral. Os Sinodais apontaram para o fato de que, apesar de todo o louvável esforço da Catequese e Crisma, não estamos ainda formando verdadeiros discípulos missionários.

126. Reconhecemos e admiramos a dedicação de todos e todas que dividem suas legítimas e fundamentais preocupações profissionais, familiares e pessoais com a tarefa de ajudar crianças, jovens e adultos a crescerem na fé.

127. Por outro lado, não podemos deixar de admitir também que nosso processo catequético enfrenta, não por culpa dos catequistas, uma séria dificuldade para atingir seu objetivo, do qual não pode abrir mão: “A Igreja Particular deve ter entre suas prioridades esse processo formativo, que não é um privilégio para poucos, mas sim um direito e um dever de todos, como parte do projeto orgânico de formação diocesana”⁷¹. Confrontando a constatação acima com a realidade diagnosticada, consideramos a sugestão dos Sinodais a esse respeito: mudar a mentalidade de uma catequese sacramental para uma catequese inspirada na iniciação à vida cristã. Aqui escutamos o Episcopado da América Latina e do Caribe: “Ou educamos na fé, colocando as pessoas realmente em contato com Jesus Cristo e convidando-as para segui-lo, ou não cumpriremos nossa missão evangelizadora”⁷². Precisamos de um processo catequético que inclua o *querigma*, que é “a maneira prática de colocar alguém em contato com Jesus Cristo e introduzi-lo no discipulado”⁷³.

128. Em Aparecida os Bispos afirmaram que “no processo de formação de discípulos missionários, destacamos cinco aspectos fundamentais que aparecem de maneira diversa em cada etapa do caminho, mas que se complementam intimamente e se alimentam entre si”⁷⁴:

70 Cf. CNBB. 17º Plano Bienal de Atividades do Secretariado Nacional 2004-2005, p. 71.

71 CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 - 2010, n. 96.

72 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 287.

73 Ibid., n. 288.

74 Ibid., n. 278.

- O encontro com Jesus Cristo, que deve ser o fio condutor de um processo que culmina na maturidade do discípulo e “deve renovar-se constantemente pelo testemunho pessoal, pelo anúncio do *querigma* e pela ação missionária da comunidade”⁷⁵;
- A conversão, resposta inicial de quem crê em Jesus Cristo e busca segui-lo conscientemente⁷⁶;
- O discipulado como amadurecimento constante no conhecimento, amor e seguimento de Jesus Mestre, quando também se aprofunda o mistério de sua pessoa, de seu exemplo e de sua doutrina⁷⁷, graças à catequese permanente e à vida sacramental;
- A comunhão, pois “não pode existir vida cristã fora da comunidade: nas famílias, nas paróquias, nas comunidades de vida consagrada, nas comunidades de base, nas outras pequenas comunidades e movimentos”⁷⁸, tal como acontecia entre os primeiros cristãos; a comunhão na fé, na esperança e no amor deve estender-se também aos irmãos e irmãs de outras tradições cristãs;
- A missão, que nasce do impulso de compartilhar a própria experiência de salvação com outros, a plenitude e alegria de ser enviado por Jesus Cristo; a missão deve acompanhar todo o processo de amadurecimento humano e cristão de cada um, de acordo com a própria vocação, tendo Maria como modelo perfeito do discípulo missionário.

129. Pensando na formação em nossa Diocese, queremos assumir a proposta da V Conferência do Episcopado Latino-Americano: “Propomos que o processo catequético de formação adotado pela Igreja para a iniciação cristã seja assumido em todo o continente como maneira ordinária e indispensável de introdução na vida cristã e como catequese básica e fundamental”⁷⁹. O Projeto Alicerce⁸⁰ deverá adequar-se cada vez mais no sentido de aprimorar a riqueza do processo da iniciação à vida cristã conforme a proposta da Conferência de Aparecida. A Comissão para a Animação Bíblico-catequética empreenda esforços necessários para que isso aconteça.

130. Os Bispos do Brasil enfatizam que “muito ajudará nesse itinerário formativo que a Igreja reforce quatro eixos em sua pastoral, que aparecem quando se busca esclarecer as razões pelas quais católicos deixam a Igreja para se unir a outros grupos religiosos. Geralmente, são por falta de formação catequética adequada e de cunho vivencial. Esses eixos são:

- a *experiência religiosa* feita no encontro pessoal com Jesus Cristo;
- a *vivência comunitária* que propicie acolhimento fraterno e valorização pessoal, de forma que cada fiel se sinta visível e eclesialmente incluído na Igreja;
- a *formação bíblico-doutrinal* que proporcione maior conhecimento da Palavra de Deus e maior crescimento espiritual;

75 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 278 a.

76 Cf. *ibid.*, n. 278b.

77 Cf. *ibid.*, n. 278c.

78 *Ibid.*, n. 278d.

79 *Ibid.*, n. 294.

80 O Projeto Alicerce, elaborado na Diocese de São José dos Campos e em vigor desde 1997, orienta o processo catequético diocesano em suas diversas fases.

- o *compromisso missionário de toda a comunidade*, indo ao encontro dos afastados e não-praticantes⁸¹.

131. Apoiando-nos no Documento de Aparecida, afirmamos que “ser discípulo é dom destinado a crescer. A iniciação cristã dá a possibilidade de uma aprendizagem gradual no conhecimento, no amor e no seguimento de Cristo. Dessa forma, ela forja a identidade cristã com as convicções fundamentais e acompanha a busca do sentido da vida⁸². O objetivo, portanto, é que o discípulo bem formado seja um missionário capacitado. Sendo assim, como forma de contribuir com a formação do discipulado, que a preparação para o Sacramento da Confirmação inclua a experiência pastoral na qual o jovem possa realmente colocar-se a serviço.

132. A Palavra de Deus contida na Sagrada Escritura suscita e deve acompanhar a vocação e a missão de cada discípulo missionário de Jesus Cristo, bem como orientar toda a ação evangelizadora da Igreja. O Documento de Aparecida aponta para a animação bíblica de toda pastoral, uma vez que a Palavra de Deus é a alma de toda a ação evangelizadora da Igreja⁸³.

133. Os Sinodais apontaram para a necessidade de incentivar mais o uso da Bíblia na catequese, nos encontros pastorais e reuniões, a fim de promover uma formação bíblica permanente, capacitando pessoas, especialmente as lideranças, no conhecimento e interpretação da Palavra de Deus. Confiamos à Faculdade Católica de São José dos Campos o encargo de promover essa formação, que deverá ser oferecida uma vez ao ano, capacitando multiplicadores de nossas paróquias para que posteriormente os mesmos possam difundir-la em suas comunidades. Um subsídio organizado na metodologia de encontros deverá ser disponibilizado aos multiplicadores para que o conteúdo seja garantido até as bases.

134. Os Sinodais insistiram ainda fortemente na formação sobre a “leitura orante” da Bíblia, que deve ser incentivada e valorizada nas famílias, nas pequenas comunidades, nos encontros pastorais e nos movimentos.

135. Em oportuna mensagem, afirmam os Bispos do Brasil:

“Com a Bíblia na mão, a Palavra de Deus no coração e com os pés na missão, somos convocados à prática da Leitura Orante. Feita com todo o empenho em nível pessoal e comunitário, ela vai nos educar na fé, proporcionando uma catequese bíblica, que forma discípulos apaixonados por Jesus. Ela nos leva a celebrar a esperança na liturgia, que dispõe para a comunhão com Deus, que se realiza na Eucaristia. Ela, enfim, fortalece-nos na missão de anunciar a Palavra a todos os povos por meio de uma caridade criativa. Quando pessoas e comunidades são transformadas pela Palavra, multiplicam-se na Igreja e na sociedade frutos de amor, solidariedade, justiça e paz⁸⁴.”

81 CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 - 2010, n. 93.

82 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe, n. 291.

83 Cf. *Ibid.*, n. 248.

84 Mensagem dos Bispos do Brasil sobre a Palavra de Deus e a Animação Bíblica de toda a Pastoral.

Comissão Diocesana para a Liturgia

I. Fundamentação

136. A Comissão Diocesana para a Liturgia, que “tem como objetivo promover e acompanhar a vida litúrgica e o seu processo de inculturação”⁸⁵, preocupando-se sempre com a fidelidade e a Tradição da Igreja, é composta em nossa Diocese pela Pastoral Litúrgica, Pastoral da Acolhida e Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística, Bênção e Consolo.

137. A liturgia ocupa, na ação evangelizadora da Igreja, lugar central. Conforme o Concílio Vaticano II, ela é “o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte de onde emana toda a sua força”⁸⁶. Nela o discípulo realiza o mais íntimo encontro com o seu Senhor e dela recebe a motivação e forças máximas para a sua missão na Igreja e no mundo⁸⁷, pois ela “é obra do Cristo inteiro, cabeça e corpo. Nosso Sumo Sacerdote a celebra sem cessar na liturgia celeste, com a Santa Mãe de Deus, os apóstolos, todos os santos e a multidão dos que já entraram no Reino”⁸⁸.

138. Nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil acentua-se:

“A liturgia é a celebração do mistério pascal da morte e ressurreição de Cristo – e de toda a história da salvação. Nesta celebração, os que sofrem e morrem, unidos a Cristo e ao seu Corpo que é a Igreja, participam da vitória pascal sobre o mal e as forças da morte. Ela é ação ritual, que se realiza em sinais e palavras, é santificação do homem e glorificação de Deus. A liturgia é celebrada pela comunidade dos batizados – ministros ordenados e leigos – reunida em torno do seu sumo e eterno sacerdote Jesus Cristo. A celebração litúrgica implica necessariamente um compromisso com a transformação da realidade em vista do crescimento do Reino de Deus”⁸⁹.

139. Para que a celebração litúrgica obtenha plena eficácia é necessário que os fiéis se aproximem dela com disposição de reta intenção,intonizem a sua alma com as palavras e cooperem com a graça do alto, a fim de que não a recebam em vão⁹⁰.

140. A reforma litúrgica do Concílio Vaticano desejou levar os fiéis a uma participação externa e internamente ativa, consciente, plena e frutuosa na celebração litúrgica, ou seja, “deseja ardentemente a Mãe Igreja que todos os fiéis sejam levados àquela plena, cônica e ativa participação das celebrações litúrgicas, que a

85 CNBB. 17º Plano Biennial de Atividades do Secretariado Nacional 2004 - 2005, p. 90.

86 Vaticano II. Constituição *Sacrosanctum Concilium*, n. 10.

87 Cf. CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 - 2010, n. 67.

88 Catecismo da Igreja Católica, n. 1187.

89 CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 - 2010, n. 68.

90 Cf. Vaticano II. Constituição *Sacrosanctum Concilium*, n. 11.

própria natureza da Liturgia exige e à qual, por força do batismo, o povo cristão, 'geração escolhida, sacerdócio régio, gente santa, povo de conquista' (1Pd 2, 9; cf. 2, 4-5), em direito e obrigação"⁹¹.

II. Constatções e Determinações Pastorais

141. O Sínodo se debruçou sobre a participação dos fiéis na celebração litúrgica tal qual desejada pelo Concílio Vaticano II. Os Sinodais constataram que existe uma boa participação, mas ainda insuficiente, sendo preciso aprimorar a qualidade de nossas liturgias, especialmente com relação à homilia e ao canto litúrgico.

142. A respeito da homilia, os Sinodais lembraram algumas características que precisam ser melhor observadas: ela deve ter coerência interna; deve estar fundamentada na Palavra de Deus proclamada na respectiva celebração; não deve ser muito longa; precisa ser clara, simples e objetiva; deve, finalmente levar os fiéis à reflexão para ajudá-los a viver a vontade de Deus. A Pesquisa realizada em vista do Sínodo mostrou que 60% dos fiéis que frequentam as missas disseram que já mudaram de opinião depois de uma homilia.

143. O Papa Bento XVI apresenta uma clara orientação sobre a homilia, na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Sacramentum Caritatis*, quando diz:

"Pensando na importância da palavra de Deus, surge a necessidade de melhorar a qualidade da homilia; de fato, esta constitui parte integrante da ação litúrgica, cuja função é favorecer uma compreensão e eficácia mais ampla da palavra de Deus na vida dos fiéis. Por isso, os ministros ordenados devem preparar cuidadosamente a homilia, baseando-se num adequado conhecimento da Sagrada Escritura. Evitem-se homilias genéricas ou abstratas; de modo particular, peço aos ministros para fazerem com que a homilia coloque a palavra de Deus proclamada em estreita relação com a celebração sacramental e com a vida da comunidade, de tal modo que a palavra de Deus seja realmente apoio e vida da Igreja. Tenha-se presente, portanto, a finalidade catequética e exortativa da homilia. Considere-se que é oportuno oferecer prudentemente, a partir do Lecionário trienal, homilias temáticas aos fiéis que tratem, ao longo do ano litúrgico, os grandes temas da fé cristã, haurindo de quanto está autorizadamente proposto pelo Magistério nos quatro pilares do *Catecismo da Igreja Católica* e no recente *Compêndio*: a profissão da fé, a celebração do mistério cristão, a vida em Cristo, a oração cristã"⁹².

144. Com relação ao canto litúrgico, muitos avanços já ocorreram, mas persistem ainda alguns problemas, tais como o uso de melodias que não facilitam a participação dos fiéis, instrumentos musicais em volume muito alto, cantos que não estão em sintonia com o momento celebrativo. Certas equipes de canto estão mais preocupadas em realizar seu show musical do que ajudar os fiéis a participarem do canto litúrgico. Assim, é preciso avançar na correção de tais problemas.

145. O Sínodo Diocesano, juntamente com os Bispos do Brasil, afirma:

“A música litúrgica é parte integrante e significativa da ação ritual. Ela tem capacidade de atingir os corações e, como rito, grande eficácia pedagógica para levá-los a penetrar no mistério celebrado. Para isso, ela precisa estar intimamente vinculada ao rito, ou seja, ao momento celebrativo e ao tempo litúrgico. Vale dizer, sua função ritual deve estar organicamente inserida no contexto da grande tradição bíblico-litúrgica da Igreja, bem como da vida e da cultura da comunidade celebrante. É urgente atentar para a qualidade de nosso cantar litúrgico, para a importância dos vários ministérios litúrgico-musicais, e, mais urgente, para a formação e capacitação de todos, especialmente das pessoas e equipes que os exercem”⁹³.

146. Com relação à celebração dos sacramentos e sacramentais, especialmente o matrimônio, o batismo e as bênçãos, os Sinodais constataram que muitas vezes tais celebrações se transformam em eventos sociais, especialmente a celebração do matrimônio, e, por isso, apontaram para a necessidade de uma preparação mais adequada para as mesmas; além disso, foram unânimes ao sugerir a elaboração de um Diretório diocesano para os sacramentos. Portanto, que a Comissão Diocesana para a Liturgia, em comunhão com as pastorais afins e levando em conta as orientações já existentes nas Diretrizes Diocesanas da Pastoral Familiar e consultando os diretórios de outras dioceses, especialmente as de nossa Província Eclesiástica, elabore um Projeto de Diretório Diocesano dos Sacramentos para a nossa Diocese.

147. É de suma importância que as equipes de liturgia e de celebrações tenham sólido conhecimento da Instrução Geral do Missal Romano e das Introduções aos outros livros litúrgicos oficiais (Leccionário, Rituais dos Sacramentos e sacramentais). Estes textos contêm as orientações para a correta e frutífera celebração.

148. Que os Ministros Extraordinários, através de suas ações e posturas, continuem a exercer o seu ministério de acordo com as normas da Igreja e da Diocese⁹⁴.

⁹³ CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 - 2010, n. 76.

⁹⁴ Na oportunidade de conversar com o Papa Bento XVI, durante a visita *Ad Limina* em 2009, Dom Moacir Silva, falando do número significativo de Ministros Extraordinários na Diocese de São José dos Campos, foi indagado por ele: “Exercem o ministério de acordo com as normas da Igreja?” Respondendo afirmativamente, o Bispo percebeu a sua satisfação manifestada pela expressão: “É uma Igreja viva!”

149. Haja uma atenção especial dos Ministros do Consolo para com as pessoas que perderam seus entes queridos. A celebração das Exéquias revela-se um momento propício para demonstrar a presença consoladora da Igreja que, por vezes, as pessoas não têm a oportunidade de experimentar.

150. Os membros da Pastoral da Acolhida continuem animados, sinceros e, principalmente, carinhosos em seus gestos, de maneira particular com os idosos e pessoas com deficiências.

Comissão Diocesana para o Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso

I. Fundamentação

151. A Comissão Diocesana para o Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso, que tem como objetivo promover o diálogo em busca da unidade com as diversas denominações cristãs e a convivência harmoniosa na construção de um mundo mais justo e fraterno, com as demais religiões e pessoas de boa vontade⁹⁵, é composta em nossa Diocese pelo Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso.

152. A promoção da unidade dos cristãos e o Diálogo Inter-religioso na Diocese de São José dos Campos deve sempre seguir as orientações do Magistério e estar sempre atenta ao cenário religioso, extremamente mutável no mundo de hoje.

153. Ecumenismo é a aproximação, a cooperação, a busca fraterna da superação das divisões entre as diferentes Igrejas cristãs. “Cristo dá sempre à sua Igreja o dom da unidade, mas a Igreja deve sempre orar e trabalhar para manter, reforçar e aperfeiçoar a unidade que Cristo quis para ela. O desejo de reencontrar a unidade de todos os cristãos é um dom de Cristo e convite do Espírito Santo”⁹⁶.

154. Os princípios que norteiam os católicos no campo ecumênico encontram-se recolhidos no Decreto *Unitatis Redintegratio* do Concílio Vaticano II, conhecido também como Decreto de Ecumenismo. Mais pormenorizadamente, tais princípios estão desenvolvidos no Diretório Ecumênico⁹⁷.

155. O Diretório Ecumênico, diz:

“Com todas as suas exigências humanas e morais, o ecumenismo está de tal modo enraizado na ação misteriosa da providência do Pai, pelo Filho e no Espírito, que atinge as profundezas da espiritualidade cristã. Ele requer a conversão do coração e a santidade de vida, unidas às orações públicas e privadas pela unidade dos cristãos que o Decreto do Concílio Vaticano II sobre o Ecumenismo designa ‘o ecumenismo espiritual’ e que ele considera a alma de todo ecumenismo”⁹⁸.

156. O Documento de Aparecida nos ensina que

“a compreensão e a prática da eclesiologia de comunhão nos conduz ao diálogo ecumênico. A relação com os irmãos e

⁹⁵ Cf. CNBB. 17º Plano Biennial de Atividades do Secretariado Nacional 2004 - 2005, p. 112.

⁹⁶ Catecismo da Igreja Católica, n. 820.

⁹⁷ Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo.

⁹⁸ *Ibid.*, n. 25.

irmãos batizados de outras Igrejas e comunidades eclesiais é um caminho irrenunciável para o discípulo e missionário, pois a falta de unidade representa um escândalo, um pecado e um atraso do cumprimento do desejo de Cristo: ‘para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste’ (Jo 17,21)”⁹⁹.

157. Diálogo Inter-religioso é o contato e relacionamento respeitoso com as religiões não cristãs e/ou grupos religiosos não cristãos. “A presença da Igreja entre as religiões não cristãs é feita de empenho, discernimento e testemunho, apoiados na fé, esperança e caridade teológicas”¹⁰⁰.

158. O Documento de Aparecida enfatiza:

“O diálogo Inter-religioso, além de seu caráter teológico, tem um especial significado na construção da nova humanidade: abre caminhos inéditos de testemunho cristão, promove a liberdade e dignidade dos povos, estimula a colaboração para o bem comum, supera a violência motivada por atitudes religiosas fundamentalistas, educa para a paz e para a convivência cidadã: é um campo de bem-aventuranças que são assumidas pela Doutrina Social da Igreja”¹⁰¹.

II. Constatções e Determinações Pastorais

159. Nossa Diocese conta, na prática, com uma Comissão especificamente destinada ao trabalho da busca de unidade entre os membros da Igreja Católica e os de outras denominações cristãs ou não cristãs. Ela tem como objetivos: promover a consciência ecumênica nos cristãos católicos; favorecer a formação ecumênica nas nossas comunidades; levar ao conhecimento dos católicos o pensamento oficial da Igreja acerca do ecumenismo; realizar atos concretos na busca da unidade dos cristãos, favorecendo o diálogo fraterno com outras igrejas e pessoas de boa vontade.

160. Atualmente, apenas 20% das paróquias estão representadas na Comissão. É necessário que cada paróquia tenha, ao menos, um representante que seja um ponto de referência e faça a ligação entre os trabalhos diocesanos e a paróquia.

161. O principal evento do Ecumenismo durante o ano é a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Cada ano uma comunidade é escolhida para sediar a abertura oficial da semana com uma Celebração Ecumênica. Depois, cada Região Pastoral, ao seu modo, promove a continuidade das atividades na realização da Semana de Oração.

⁹⁹ CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 227.

¹⁰⁰ Ibid., n. 237.

¹⁰¹ Ibid., n. 239.

162. Infelizmente, constata-se que para muitos a questão ecumênica não é essencial; é apenas mais uma entre tantas ações que nos são solicitadas. Esta realidade precisa ser transformada. Os Sinodais constataram que, nas bases, a maioria dos fiéis não fazem a distinção entre Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso; que existe muita confusão a respeito e, também, que a falta de informação e conhecimento gera o preconceito e o fechamento das pessoas em si mesmas, o que não permite o diálogo acontecer. Diante disso, os Sinodais apontam para a necessidade de avançar na formação, na divulgação e motivação a respeito do Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso em todas as comunidades, utilizando para isso as homilias, os meios de comunicação, especialmente a Rádio Mensagem e o Jornal Expressão; sugeriram, ainda, uma maior valorização da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos.

163. Se na base o problema está na falta de conhecimento, junto ao clero e às lideranças não parece ser esta a dificuldade, mas sim a falta de convicção sobre a urgência da causa ecumênica. Reverter isso exige maior trabalho de conscientização junto ao clero e lideranças, sobretudo maior empenho na formação de nossos seminaristas no aspecto ecumênico. Os Sinodais registraram ainda que a consciência dos nossos católicos sobre o Ecumenismo está abaixo do que se pode esperar; porém, os fiéis não apresentam atitudes preconceituosas e não fazem distinção entre as pessoas atendidas nas pastorais (Pastoral da Criança, da Saúde, Carcerária etc.).

164. Em diversas áreas é possível a ação conjunta entre católicos e outros cristãos, conforme apontaram os Sinodais: áreas social, cultural, esportiva, ecológica, política, de saúde, área dos direitos humanos, defesa da vida humana em todos os seus estágios e Campanha da Fraternidade. Apontaram também exemplos de atividades comuns: caminhada pela paz, luta pela defesa da vida, luta pela preservação do meio ambiente, campanha contra a violência, assistência a famílias carentes, assistência aos moradores de rua, recuperação de dependentes químicos, promoção de shows cristãos, Escola de Política e Cidadania e Pastorais Sociais.

165. Para darmos passos concretos em direção ao Ecumenismo e ao Diálogo Inter-religioso, o processo catequético de crianças, jovens e adultos, mais do que informar a respeito desse tema, seja gerador do “espírito ecumênico”. Que os párocos tenham a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos como uma semana especialmente dedicada à causa ecumênica, e que, além das celebrações, seja um momento oportuno para o relacionamento e contato pessoal com as lideranças das demais denominações cristãs existentes no território das paróquias.

166. É importante também reconhecer que nem sempre grupos ou pessoas que se utilizam de símbolos e linguagens cristãs são realmente denominações cristãs. Fatores econômicos fazem com que a Palavra de Deus seja manipulada a serviço, muitas vezes, de interesses escusos. É importante sabermos distinguir quais são as denominações cristãs autênticas, para com elas realizarmos nossa ação ecumênica.

167. Assumamos juntos um compromisso sinodal, conscientes de que a alma de todo movimento ecumênico é a conversão do coração, a santidade de vida, juntamente com a oração pessoal e comunitária. Todos os fiéis, em todas as suas comunidades, pastorais, movimentos apostólicos, espiritualidades e organismos eclesiais diocesanos são conclamados a orar e trabalhar pela causa ecumênica.

Comissão Diocesana para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz

I. Fundamentação

168. A Comissão Diocesana para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz, que inspira-se nas palavras do Concílio Vaticano II: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”¹⁰², é composta em nossa Diocese pela Pastoral Carcerária, Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral da Pessoa Idosa, Pastoral da Saúde, Pastoral da Sobriedade, Missão Terapêutica Diocesana *Logos*, Associação Nossa Casa de Acolhida, Sociedade São Vicente de Paulo, Campanha da Fraternidade, Comissão Sociopolítica, *Cáritas* Diocesana e Escola de Política e Cidadania e Associação para o Ensino Social Leão XIII.

169. A Comissão Diocesana para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz tem a missão de acompanhar as pastorais sociais, obras, movimentos e organismos que atuam no campo social. O Papa Bento XVI em sua primeira Carta Encíclica *Deus Caritas Est* afirma: “para a Igreja, a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável da sua própria essência”¹⁰³.

170. O Documento de Aparecida afirma que as dioceses “têm a missão de promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral que, com a assistência e a promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização em que vivem os grupos mais vulneráveis, onde a vida está mais ameaçada”¹⁰⁴.

171. Na Conferência de Aparecida, os Bispos afirmaram ainda que “a opção preferencial pelos pobres é uma das peculiaridades que marca a fisionomia da Igreja latinoamericana e caribenha”¹⁰⁵ e que ela “está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós para nos enriquecer com sua pobreza”¹⁰⁶. O fato de ser uma opção “preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais”¹⁰⁷.

172. O Episcopado latinoamericano e caribenho apresenta um princípio que deve orientar todo planejamento pastoral: “Assumindo com nova força essa opção pelos pobres, manifestamos que todo processo evangelizador envolve a promoção humana e a autêntica libertação sem a qual não é possível uma ordem justa na sociedade”¹⁰⁸.

102 Vaticano II. Constituição *Pastoral Gaudium et Spes*, n. 1.

103 BENTO XVI. Carta Encíclica *Deus Caritas Est*, n. 25.

104 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 402.

105 *Ibid.*, n. 391.

106 *Ibid.*, n. 392.

107 *Ibid.*, n. 396.

108 *Ibid.*, n. 399.

II. Constatções e Determinações Pastorais

173. A Pesquisa realizada em preparação ao Sínodo apontou para algumas áreas nas quais a Diocese deveria atuar com mais intensidade: drogadição, moradores de rua e menores abandonados. Com os Bispos do Brasil, o Sínodo afirma:

“A Igreja precisa continuar sendo, com afinco ainda maior, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. A Igreja latinoamericana é chamada a ser sacramento de amor, de solidariedade entre nossos povos. A figura do bom samaritano, aquele que, movido de compaixão, correu em socorro do ferido, é modelo para toda Igreja, convocada por Cristo a ser cada vez mais uma Igreja Samaritana”¹⁰⁹.

174. Em vista disso, os Sinodais apontaram para a importância de investir em um maior “profissionalismo” das ações sociais da Igreja e na criação de um cadastro único das pessoas assistidas pelos projetos sociais, visado um trabalho em rede entre as entidades sociais para que se evite duplicidade de atendimento. Insistiram também na importância de se estabelecer parcerias com faculdades e universidades, com órgãos públicos e privados. A *Caritas* Diocesana tem se mostrado em muitos momentos um organismo de credibilidade na sociedade, prontamente atendendo aos desafios que surgem inesperadamente, bem como fazendo a gestão de projetos e parcerias extremamente benéficos à sociedade e, de maneira particular, à população mais carente. Reconhecendo o valor do seu trabalho e desejando a sua continuidade confiamos à *Caritas* Diocesana o acompanhamento das parcerias sociais que a Diocese de São José Campos tem feito e fará, para o que se estude uma maneira de dinamizar sua presença junto às paróquias e aos padres.

175. A atenção aos dependentes químicos exige um maior apoio de toda a Diocese para com a Missão Diocesana Terapêutica Casa Logos, bem como um maior comprometimento com a Pastoral da Sobriedade. O Documento de Aparecida é enfático:

“O problema da droga é como uma mancha de óleo que invade tudo. Não reconhece fronteiras, nem geográficas, nem humanas. Ataca igualmente a países ricos quanto pobres, a crianças, jovens, adultos e idosos, a homens e mulheres. A Igreja não pode permanecer indiferente diante deste flagelo que está destruindo a humanidade, especialmente as novas gerações. Sua tarefa deve ser direcionada em três direções: prevenção, acompanhamento e

apoio das políticas governamentais para reprimir esta pandemia. Na prevenção, insiste na educação nos valores que devem conduzir as novas gerações, especialmente o valor da vida e do amor, a própria responsabilidade e a dignidade dos filhos de Deus. No acompanhamento, a Igreja está ao lado do dependente para ajudá-lo a recuperar sua dignidade e vencer esta enfermidade. No apoio à erradicação da droga, não deixa de denunciar a criminalidade sem nome dos narcotraficantes que comercializam com tantas vidas humanas, tendo como objetivo o lucro e a força em suas mais baixas expressões¹¹⁰.

176. Os Sinodais apontaram para a necessidade de uma conscientização e formação dos fiéis a respeito da dimensão social da fé e um maior conhecimento da Doutrina Social da Igreja. O Documento de Aparecida destaca “que a formação dos leigos e leigas deve contribuir, antes de mais nada, para sua atuação como discípulos missionários, na perspectiva do diálogo e da transformação do mundo”¹¹¹. A serviço desta dimensão da formação, a Diocese conta com a Escola de Política e Cidadania e a Associação para o Ensino Social da Igreja Leão XIII. O Conselho Diocesano de Leigos, no que tange à formação, trabalhe em conjunto com essas duas instâncias de nossa Diocese, e que as paróquias também utilizem mais esses dois instrumentos para a formação dos fiéis.

177. A análise da Pesquisa preparatória ao Sínodo chamou a atenção para a realidade dos excluídos, questionando onde e como eles estão, qual é a sua relação com a Igreja. No Sínodo a Diocese se fez a pergunta em relação à atitude que deveria ser tomada: qual deve ser a sua postura em relação aos excluídos?

178. Antes de tudo, temos que ter presente a afirmação da Conferência de Aparecida: “A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar essas pessoas excluídas nas respectivas esferas”¹¹². Sendo assim, a partir do Sínodo, fica instituído o Fórum Diocesano das Pastorais Sociais, que será organizado conforme as diretrizes da CNBB e do Bispo Diocesano. Assim poderemos trocar experiências sobre as diversas, desafiadoras e complexas áreas de atuação: idosos, encarcerados, mundo do trabalho, da rua, da saúde etc.

179. Existe em nossa Diocese a “Coleta do 4º. final de semana”, um projeto pioneiro e eficaz. Toda a coleta realizada neste final de semana em nossas comunidades é destinada ao Mutirão de combate à miséria e à fome. Do montante arrecadado, 60% auxiliam as pessoas carentes das paróquias, por meio da Sociedade de São Vicente de Paulo, e 40% são enviados à *Caritas* que atende mensalmente os bolsões de pobreza com cestas básicas de alimentos. Por tal razão, os párocos sejam fiéis à realização e à entrega dessa Coleta e que todos se dediquem para

110 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 422.

111 *Ibid.*, n. 283.

112 *Ibid.*, n. 402.

que essa iniciativa continue sendo uma marca de nossa Diocese.

180. Os Sinodais apontaram para o valor de uma postura que vá além do assistencialismo, embora este não deva ser excluído; uma postura que contribua para a transformação social como, por exemplo: discutir os projetos sociais propostos pelos municípios com senso crítico, discernimento e orientação, acompanhando e apoiando as políticas públicas que vão ao encontro das necessidades do povo; denunciar aquelas ações que ferem a dignidade da pessoa humana; incentivar os fiéis a participarem da vida pública, especialmente nos Conselhos Paritários.

181. O Sínodo assume essas proposições e viabilizará sua concretização por meio da Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Que o acompanhamento das políticas públicas e dos poderes públicos seja feito de forma ideologicamente imparcial e apartidária. A parcialidade da Igreja só pode vir do Evangelho, única instância que deve nos impulsionar. No entanto, isto não dispensa todos os leigos(as) de responderem ao chamado para atuar na vida política partidária. O mundo político precisa do testemunho cristão dos leigos que devem assumir seu papel, mantendo-se longe de tudo o que não condiz com o Evangelho.

Comissão Diocesana para Cultura, Educação e Comunicação Social

I. Fundamentação

182. A Comissão para a Cultura, Educação e Comunicação Social, que tem como objetivo as ações relativas à área da cultura, ao campo da educação, de modo particular a universidade, e tudo que envolve a comunicação¹¹³, é composta em nossa Diocese pela Pastoral Universitária, Pastoral da Educação e Equipe do Ensino Religioso, Pastoral da Comunicação (PASCOM), Jornal Expressão e Rádio Mensagem.

183. Ela é responsável por fazer a ponte entre as atividades da Igreja e os “mundos” da cultura, das comunicações sociais, da educação, da universidade e do ensino religioso.

184. As Diretrizes da Evangelização alertam:

“A sensibilidade para a missão, a solidariedade e o compromisso sociotransformador levam a Igreja a assumir novas realidades que marcam a vida do povo brasileiro. À luz da fé, estas realidades são consideradas novos areópagos, ou seja, lugares onde a atenção evangelizadora se deve voltar. Alguns sempre existiram, assumindo, no entanto, importância maior. Outros têm origem mais recente, exigindo estudo e compreensão mais aprofundada. Entre estes novos areópagos, podemos destacar o mundo das culturas, [...] o mundo da educação e os meios de comunicação”¹¹⁴.

II. Constatações e Determinações Pastorais

185. A Diocese possui uma Rádio AM que permanece 24 horas no ar, um Jornal mensal e o Site Diocesano como meios privilegiados de comunicação, pois ela tem consciência de que a ação evangelizadora não pode prescindir desses meios. Ainda assim, a análise da Pesquisa realizada em vista do Sínodo mostrou que um dos pontos que precisam ser melhorados é a comunicação, pois muitos programas, projetos e ações bem elaborados existentes na Diocese são desconhecidos por grande parte dos católicos.

186. O Sínodo debruçou-se sobre a utilização dos meios de comunicação existentes na Diocese e sobre a presença mais significativa da mesma em outros meios existentes na região. Os Sinodais apontaram para a necessidade de aproveitar bem os recursos de comunicação da Diocese, não deixá-los subutilizados; sugerir-

113 Cf. CNBB, 17º Plano Bienal de Atividades do Secretariado Nacional 2004 - 2005, p. 194.
114 CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 - 2010, n. 191.

ram também parcerias da Diocese com as TVs católicas e com os canais regionais para comunicar sua vida e atuação eclesial.

187. Com os Bispos da América Latina e do Caribe afirmamos:

“Nosso século tem sido influenciado pelos meios de comunicação social, por isso, o primeiro anúncio, a catequese ou o posterior aprofundamento da fé, não podem prescindir desses meios [...]. Colocados a serviço do Evangelho, eles oferecem a possibilidade de difundir quase sem limites o campo de audição da Palavra de Deus, fazendo chegar a Boa Nova a milhões de pessoas. A Igreja se sentiria culpada diante de Deus se não empregasse esses poderosos meios, que a inteligência humana aperfeiçoa cada vez mais. Com eles, a Igreja ‘proclama a partir dos telhados’ (cf. Mt 10,27; Lc 12,3) a mensagem de que é depositária. Neles, encontra uma versão moderna e eficaz do ‘púlpito’. Graças a eles, pode falar às multidões”¹¹⁵.

188. Sendo assim, aqui é importante deixar claro que nosso desafio no campo da comunicação tem uma dimensão interna e externa. Internamente, precisamos investir num processo de comunicação “sem ruídos”, fazendo chegar com qualidade nossas informações. Embora fazendo um belo trabalho, a Pastoral da Comunicação, precisa ser mais dinamizada. Os meios de comunicação diocesanos só terão sentido de existir se o processo de troca de informações tiver início nas bases. Nossas paróquias devem ter a PASCOM como uma prioridade, uma vez que ela pode favorecer outros campos da pastoral como, por exemplo, a Pastoral do Dízimo. Externamente, vemos que a necessidade de garantir mais espaço nos meios de comunicação de nossa região é um ponto inquestionável; a presença pública da Igreja nesses meios deve ser maior. Isto exige tempo, atualização sobre as questões sociais do momento, assessoria compatível permanente e mais uma série de exigências que poderíamos enumerar. Estas, porém, não podem ser obstáculos para que a Palavra de Deus atinja o coração de todos os homens e mulheres. Com o compromisso de buscar meios para superar essas lacunas, prioritariamente será reestruturado o Departamento de Comunicação da Mitra Diocesana.

189. Em relação ao mundo da educação, nossa presença como Igreja ainda é pequena apesar de crermos que “as crianças e os adolescentes têm direito de ser estimulados a apreciar com reta consciência os valores morais, prestando a esses valores sua adesão pessoal e também de ser estimulados a conhecer e amar mais a Deus”¹¹⁶.

190. Os Sinodais apontaram para a necessidade de reestruturar nossa ação na área da educação, formar e capacitar professores católicos para atuarem na Pastoral da Educação e no Ensino Religioso; igualmente apontaram para a necessidade de um cuidado pastoral para com os professores e para a importância de garantir a presença de representantes da Igreja nas Conferências públicas referentes à educação. Indicaram, ainda, o grande valor e significado da presença dos padres nas escolas e aqui não se pode esquecer que a escola é um dos “novos areópagos”, isto é, um dos lugares para o qual a atenção evangelizadora se deve voltar.

191. A partir deste Sínodo, vamos impulsionar a Pastoral da Educação para que ela seja cada vez mais a presença evangelizadora da Igreja nesta área, visando uma “educação que ofereça às crianças, aos jovens e aos adultos o encontro com os valores culturais do próprio país, descobrindo ou integrando neles a dimensão religiosa e transcendente”¹¹⁷.

192. Quanto ao ensino religioso, a Diocese fará todo o possível para concretizar o disposto no Artigo 11, § 1º, do Acordo entre a Santa Sé e o Brasil: “O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação”.

193. Com relação aos universitários, constatamos que o impacto da secularização e da cultura denominada pós-moderna se faz sentir, em primeiro lugar e com especial intensidade, no meio universitário. O estudante universitário vive em um universo cultural próprio, com seus valores e seus desafios peculiares, e tal fato exige uma maturação da fé que lhe permita responder com inteligência e segurança às questões emergentes dos avanços das ciências, em todas as frentes do saber e das correntes de pensamento que plasmam seu ambiente cultural.

194. Nossa Diocese tem consciência de que é missão da Igreja fazer-se presente no meio universitário e criar as condições para que todos os estudantes, bem como todos aqueles que constituem a comunidade universitária, possam receber o anúncio do Evangelho, aprofundar seu conhecimento em confronto com as grandes questões da cultura atual, viver na liturgia o mistério de Deus e encontrar luzes para a própria vida, aprendendo também a se colocarem dentro da história como “sal e luz”, participando assim da construção da justiça e da paz social.

195. Por isso, o Sínodo faz sua orientação do Episcopado da América Latina e do Caribe: “É necessária uma pastoral universitária que acompanhe a vida e o caminhar de todos os membros da comunidade universitária, promovendo um encontro pessoal e comprometido com Jesus Cristo e múltiplas iniciativas solidárias e missionárias”¹¹⁸.

¹¹⁷ CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 334.
¹¹⁸ *Ibid.*, n. 343.

196. No território de nossa Diocese existe um número significativo de instituições que oferecem cursos de nível superior. O campo universitário é vasto e desafiador; por isso, a Pastoral Universitária diocesana conta com uma Capelania Universitária instituída em 2004 que atende diversos *campi*. Os Sinodais apontaram para a necessidade de envolver mais pessoas e movimentos apostólicos na referida pastoral. Por isso, o Sínodo Diocesano exorta os professores universitários católicos, os membros dos movimentos apostólicos, os padres, os diáconos, os religiosos e as religiosas a um envolvimento efetivo na Pastoral Universitária.

197. O Documento de Aparecida afirma que “a cultura, em sua compreensão maior, representa o modo particular com o qual os homens e os povos cultivam sua relação com a natureza e com seus irmãos, com eles mesmos e com Deus, a fim de conseguir uma existência plenamente humana”¹¹⁹; e “olha positivamente e com verdadeira empatia as diferentes formas de cultura presentes em nosso continente”¹²⁰. Mas também a Conferência de Aparecida constatou: “vivemos uma mudança de época, e seu nível mais profundo é o cultural. Dissolve-se a concepção integral do ser humano, sua relação com o mundo e com Deus”¹²¹.

198. O Sínodo perguntou-se sobre que iniciativas nossa Diocese necessitaria tomar para dialogar nesse cenário cultural. Antes de tudo é preciso ter coragem para enfrentar a “grande cidade” (cf. Jn 1,2) que nos desafia no campo da ciência e da cultura. Depois, é preciso criar um instrumento que facilite o diálogo: um Centro Cultural Católico que vise preparar uma proposta cultural realmente alternativa diante dos modelos dominantes de vida e cultura, nos quais a confiança e a esperança parecem estar reduzidas a acessórios inúteis e esquecidos¹²².

199. Um dos frutos do I Sínodo Diocesano será a criação de um Centro Cultural Católico, com a finalidade de promover o diálogo entre as instâncias: Fé e Cultura, Pessoa Humana e Cultura, Valores Cristãos e Cultura, Ciência e Cultura, História e Cultura, Ecologia e Cultura. À Faculdade Católica de São José dos Campos fica confiada a articulação, junto às forças afins, dos passos para tornar realidade este desejo.

119 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 476.

120 *Ibid.*, n. 477.

121 *Ibid.*, n. 44.

122 Cf. CNBB. Centros Culturais Católicos, *Vade-mecum*, Aparecida: Editora Santuário, 2005, p. 47.

Comissão Diocesana para os Movimentos Eclesiais, Novas Comunidades e Associações

I. Fundamentação

200. A Comissão para os Movimentos Eclesiais, Novas Comunidades e Associações, que tem como objetivo tornar a ação dos Movimentos Eclesiais, Novas Comunidades e Associações cada vez mais eclesial e inserida na caminhada pastoral diocesana, é composta em nossa Diocese pelo Movimento dos Focolares, Movimento Apostólico de Schoenstatt, Movimento de Cursilhos de Cristandade, Movimento de Vivência Cristã, Movimento Sacerdotal Mariano, Legião de Maria, Peregrinação de Leigos Cristãos, Renovação Carismática Católica, Formação Religiosa e Entrosamento Mariano, Núcleo São João de Casais, Equipes de Nossa Senhora, Nossa Senhora da Natividade, Amor Divino, Federação Mariana, Oficina de Oração e Vida, Vigília das Mães, Apostolado da Oração, Comunidade Senhor da Vida, Comunidade Maria Mãe de Deus, Grupo de Reflexão “Filhos no Céu” e Aliança de Misericórdia.

201. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil afirma que “o florescimento dos movimentos eclesiais encontra sua principal razão de ser na natureza da própria Igreja-comunhão, marcada pela comum dignidade dos membros do Povo de Deus e pela diversidade de dons e carismas provenientes do Espírito”¹²³.

202. O Concílio Vaticano II exorta os cristãos “a procurarem desempenhar fielmente suas tarefas terrestres, guiados pelo espírito do Evangelho”¹²⁴. Fundamenta o apostolado dos leigos, dizendo que: “[...] derivam o dever e o direito do apostolado de sua união com Cristo-Cabeça. Pois, inseridos pelo batismo no Corpo Místico de Cristo, pela confirmação, robustecidos na força do Espírito Santo, recebem do próprio Senhor a delegação ao apostolado”¹²⁵. Afirma também que “os leigos podem realizar seu apostolado quer individualmente, quer reunidos em vários tipos de comunidades ou associações”¹²⁶. E também adverte que o vigor apostólico dos movimentos, comunidades e associações “dependerá da conformidade com os fins da Igreja e do testemunho cristão e espírito evangélico de cada um dos membros e do grupo todo”¹²⁷.

II. Constatações e Determinações Pastorais

203. Os Sinodais apontaram as diversificadas contribuições dos movimentos para a vida da Diocese: favorecer o despertar para a vida cristã, resgatar os afastados da vida eclesial, fortalecer a vida em comunhão, propiciar o surgimento de vocações sacerdotais e religiosas e de lideranças leigas; contribuir no grande ce-

123 CNBB. Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades – Subsídios Doutrinários da CNBB 3, n. 16.

124 Vaticano II. Constituição *Pastoral Gaudium et Spes*, n. 43.

125 Vaticano II. Decreto *Apostolicam Actuositatem*, n. 3.

126 *Ibid.*, n. 15.

127 *Ibid.*, n. 19b.

nário da formação cristã. Em profunda sintonia com a Conferência de Aparecida, o Sínodo estabelece: “para aproveitar melhor os carismas e serviços dos movimentos eclesiais no campo da formação dos leigos, desejamos respeitar seus carismas e sua originalidade, procurando que se integrem mais plenamente na estrutura originária que acontece na diocese. Ao mesmo tempo, é necessário que a comunidade diocesana acolha a riqueza espiritual e apostólica dos movimentos”¹²⁸.

204. Os Sinodais mostraram que é preciso incentivar a união dos movimentos eclesiais, novas comunidades e associações, promovendo encontros anuais que favoreçam essa partilha; defenderam a necessidade de uma formação sólida para seus líderes e membros, tanto no aspecto humano como no espiritual. Igualmente alertaram para um maior cuidado por parte da Diocese diante do surgimento de novas comunidades, acompanhamento de seu desenvolvimento, para não se correr o risco de uma interferência negativa na unidade eclesial.

205. Para o reconhecimento dos Movimentos Eclesiais, Novas Comunidades e Associações, o Sínodo Diocesano assume os cinco critérios de eclesialidade apresentados pelo Papa João Paulo II na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Christifideles Laici*, 30, acolhidos pela Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil¹²⁹:

- “O primado dado à vocação de cada cristão à santidade, de modo a ser cada vez mais instrumento de santidade na Igreja, favorecendo e encorajando uma unidade íntima entre a vida prática dos membros e a própria fé”;
- “a responsabilidade em professar a fé católica, no seu conteúdo integral, acolhendo e professando a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre a pessoa humana, em obediência ao Magistério da Igreja, na disponibilidade para aceitar seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais e a recíproca colaboração com outras associações de fiéis”;
- “o testemunho de uma comunhão sólida e convicta com o papa e com o bispo, e na estima recíproca de todas as formas de apostolado na Igreja”;
- “a conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja, que é a evangelização, a santificação e a formação cristã dos homens, de modo a permear de espírito evangélico as várias comunidades e os vários ambientes”;
- “o empenho de uma presença na sociedade humana, a serviço da dignidade integral da pessoa humana, mediante a participação e a solidariedade, para construir condições mais justas e fraternas na sociedade”.

206. A verificação da conformidade ou não dos critérios elencados acima se dará pelos frutos concretos, descritos na *Christifideles Laici*¹³⁰, que devem acompanhar a vida e as obras dos Movimentos Eclesiais, Novas Comunidades e Associ-

128 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 313.

129 CNBB. Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades – Subsídios Doutrinários da CNBB 3, n. 13.

130 JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, n. 30: Os frutos são: “o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimônio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar nos programas e nas atividades da Igreja, tanto em nível local como nacional ou internacional; o empenhamento catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e de pobreza evangélica em ordem a uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de batizados ‘afastados’”.

ações. Especial atenção merece esse fruto: “o impulso em ordem a uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas”¹³¹. A atuação, sempre iluminada pelo Evangelho, em campos desafiadores, particularmente junto aos excluídos, talvez seja uma das marcas que a sociedade e a Igreja mais espera encontrar na vida e nas obras dos Movimentos Eclesiais, das Novas Comunidades e Associações.

207. Na estruturação paroquial, assumimos com a Conferência de Aparecida as pequenas comunidades eclesiais, que não se equiparam às novas comunidades descritas neste capítulo do presente documento.

208. A diversidade e multiplicidade de iniciativas exigem da Igreja uma instância de discernimento especial. Assim, que a Coordenação Diocesana de Pastoral empreenda um levantamento sobre o carisma e a atuação de todas as Novas Comunidades, Movimentos e Associações existentes em nossa Diocese. Mediante um questionário, deverá ser solicitado um breve relato de suas atividades, carisma e organização. Somente será entendida como uma força viva em nossa Igreja Particular aqueles movimentos e associações que responderem a essa solicitação e estiverem, no discernimento do Conselho de Presbíteros, dentro dos critérios eclesiais acima elencados.

209. Que as forças vivas que compõem essa Comissão organizem um encontro anual com a presença do Bispo Diocesano para partilha de alegrias e tristezas, conquistas e dificuldades, e crescimento em comunhão.

131 JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica *Christifidelis Laici*, n. 30

Conclusão

Com o coração cheio de emoção, concluo este documento ímpar na história pastoral-evangelizadora de nossa Diocese. Tenho muito presente em minha memória cada sessão, celebração, encontro que tivemos nesses mais de dois anos. O ardor demonstrado pelos delegados e delegadas ao falar da nossa Igreja Particular, às vezes até carregado de emoção, expressou claramente o amor que sentem por ela.

Ao iniciar o I Sínodo Diocesano afirmei, em várias ocasiões, que o processo iria ajudar a delinear melhor o rosto da Diocese de São José dos Campos. Ao concluí-lo, vislumbramos que este rosto é o de uma Diocese capaz de refletir, de repensar, de relançar sua missão diante dos novos desafios. Por isso, a nossa Diocese tem uma meta a partir de seu Sínodo Diocesano: ser uma Igreja na qual todos os seus membros sejam missionários, suas comunidades e estruturas sejam casas e escolas de missionários e onde eles vivam em comunhão, se formem, e então, partam conscientes em missão permanente.

Como identidade e missão valem para esse rosto os seguintes traços: "... será em primeiro lugar, uma Igreja "discipular": ouvinte da Palavra, meditadora, grande orante, contemplativa, adoradora, doxológica e eucarística. Depois, será uma Igreja "missionária", que anuncia com alegria e entusiasmo a Boa Nova do amor de Deus em Cristo, como o que enche de sentido o coração do ser humano, também nesta vida. Será, enfim, uma Igreja "agápica", enquanto se faz samaritana de todos os caídos à beira das estradas do mundo, cuidando deles e curando-os"¹³².

O I Sínodo Diocesano vem despertar a Igreja de São José dos Campos para um grande impulso missionário. Não podemos deixar de aproveitar esta hora da Graça. Espero das forças vivas da Diocese uma recepção criativa do Documento Conclusivo. Todas as comunidades paroquiais, pastorais, movimentos, espiritualidades e associações, ou seja, todas as forças vivas de nossa querida e amada Diocese, não podem deixar de questionar suas práticas, projetos e prioridades à luz do Documento Sinodal. Daí surgirão iniciativas para a aplicação do Sínodo Diocesano. Que esta organização aconteça nas Comissões, que devem ser fortalecidas, possuindo, para isso, um coordenador leigo(a) e um padre assessor, nomeados pelo Bispo Diocesano.

Este documento deve, junto com a Palavra de Deus, estar presente em todos os nossos planejamentos. Ele garantirá nossa unidade: "A vocação ao discipulado missionário é con-vocação à comunhão em sua Igreja. Não há discipulado sem comunhão"¹³³.

São vocês, padres, diáconos, religiosos(as), seminaristas, pessoas consagradas, leigos(as), ou seja, o nosso valoroso Povo de Deus, que irão colocar em prática as

132 BOFF, C.. O Documento de Aparecida é o ponto mais alto do Magistério da Igreja latino-americana e caribenha. In: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_tema_capa&Itemid=23&task=detalhe&id=481, acessado em 16/07/2010.

133 CELAM. Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, n. 156.

riquezas que o Espírito disse à nossa Igreja. Estou convencido de que isso “não depende tanto de grandes programas e estruturas, mas de homens e mulheres novos que encarem essa tradição e novidade, como discípulos de Jesus Cristo e missionários de seu Reino”¹³⁴. Muitas mudanças já ocorreram, mas muitas mais devem ocorrer. O espírito do Sínodo vai muito além de um ou outro projeto: é uma mentalidade nova para homens e mulheres novos.

Peço a vocês alegria, como pediram meus irmãos no episcopado em Aparecida: “Conservemos a doce e confortadora alegria de evangelizar, inclusive quando é necessário semear entre lágrimas, [...] que o mundo atual [...] possa assim receber a Boa Nova, não através de evangelizadores tristes e desalentados, impacientes e ansiosos”¹³⁵.

O Sínodo Diocesano não rompe com a tradição de nossas Assembleias Diocesanas de Pastoral. Por isso, determino que, acompanhando a periodicidade das diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, seja realizada a Assembleia Diocesana para atualização dos projetos pastorais. Ela deve garantir que o espírito do Sínodo Diocesano continue surtindo seu efeito.

Finalizando, agradeço primeiramente a Deus. Neste momento particular da história, repleto de desafios e exigências, o Pai de bondade, através do seu Espírito, nos fez perceber a necessidade de aprofundarmos o nosso discipulado missionário em relação ao seu Filho Jesus Cristo, para que nossos povos tenham sempre mais vida.

Agradeço também a todos(as) e cada um(a) que colaboraram, direta ou indiretamente, com o acontecimento ímpar que já tem norteado e, com certeza, norteará nossa vida eclesial: o I Sínodo Diocesano. Ao Conselho Presbiteral, a quem coube a tarefa de definir, junto comigo, os rumos desses dois anos de atividades; às diversas comissões (comunicação, liturgia, assessoria, bem-estar, acolhida, alimentação, secretaria apoio) que se formaram para responder às inúmeras exigências desse período; aos quase duzentos legítimos delegados(as) do nosso clero, paróquias, comissões pastorais, congregações e outras representações. A todos dirijo meu carinho, respeito e admiração. O amor que vocês demonstraram a Jesus Cristo e sua Igreja foi e é edificante.

Que Nossa Senhora Aparecida – padroeira do Brasil e de nossa Província Eclesiástica – e São José – padroeiro de nossa diocese – intercedam a Deus por nós!

São José dos Campos, 16 de julho de 2010.

Festa de Nossa Senhora do Carmo



Dom Moacir Silva

Bispo Diocesano de São José dos Campos

Anexo I




DOM MOACIR SILVA
BISPO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DECRETO DE CONVOCAÇÃO DO SÍNODO DIOCESANO


Considerando que “a Igreja é chamada a repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas” (DA, 11); considerando as atuais circunstâncias da Diocese de São José dos Campos após a Celebração de seu Jubileu de Prata e a necessidade de projetar o seu futuro dentro dos apelos da ação evangelizadora; considerando que o Sinodo Diocesano (cânones 460-468 do Código de Direito Canônico) é o instrumento adequado para isso e tendo ouvido o Conselho Prebisteral (cân. 460, § 1), por este Decreto, convoco o I Sinodo Diocesano da Diocese de São José dos Campos,

São José dos Campos, 29 de abril de 2008.

Dou fé


Diácono José Arantes Lima
Chanceler da Cúria

DEC. N° 003-A/2008


+ Moacir Silva
Dom Moacir Silva
Bispo Diocesano de
São José dos Campos

Anexo II

Equipes de Trabalho

Comissão Preparatória (Conselho de Presbíteros)

Dom Moacir Silva
Pe. Edinei Evaldo Batista
Pe. Eduardo Fraga e Silva
Pe. Geraldo Alves da Silva
Pe. José Afonso de Souza
Pe. José Cândido Pereira
Pe. José Roberto Fortes Palau
Pe. Lucas Rosa da Silva
Pe. Márcio Roberto Pereira Campos
Pe. Narciso Donizete E. da Silva
Pe. Paulo Renato F. G. de Campos
Pe. Rogério Augusto das Neves
Pe. Ronildo Aparecido da Rosa
Pe. Sebastião César Barbosa

Equipe Executiva

Pe. Antonio Aparecido Alves
Pe. Cláudio César da Costa
Pe. Geraldo Magela dos Santos
Pe. Paulo Renato F. G. de Campos
Pe. Thiago Domiciano Dias

Equipe Litúrgica

Pe. Celso José Machado
Pe. Cláudio César da Costa
Comissão Diocesana da Pastoral Litúrgica

Equipe de Secretaria

Ir. Diva Moura
Regina Célia O. Siqueira Araújo
Débora Prado
Karla Aparecida Ferreira
Roseane da Silva

Equipe de Comunicação

Pe. Edinei Evaldo Batista
Pe. Thiago Domiciano Dias
Ana Lúcia Zombardi
Paola Puglieze

Equipe de Apoio

Pedro Luís Floriano
Equipe de Cozinha - Paróquia Nossa Senhora de Fátima
Equipe de Cozinha - Paróquia São Benedito - Alto da Ponte
Equipe de Cozinha - Paróquia Sant'Ana
Equipe de Cozinha - Nossa Senhora da Soledade
Agentes da Pastoral da Acolhida
Agentes da Pastoral da Saúde

Anexo III

Delegados Sinodais (em ordem alfabética)

Adriano Alves Machado
Ir. Agnes Maria de Jesus Crucificado
Alessandra Claudia Monteiro
Ir. Ana Aparecida Martins
Ir. Ana Maria Pires
Ir. Ana Maria Teresinha
Ana Lúcia Pereira Junho Gama
Pe. André C. de F. Torres
Antônio Benedito Batista
Antônio Donizeti de Souza
Antônio Ribeiro de Castro
Pe. Antonio Silva França
Aristídes Tavares Ribeiro
Aslei Rodrigo Batista
Benedita Auxiliadora dos Santos
Diác. Benedito Petronilho
Bruno Rodolfo dos Santos
Carlos Alberto Soares de Oliveira
Ir. Cleonice Elvira da Silva
Cleuzilda Fonseca
Conceição Colla dos Reis
Ir. Conceição M^a Caldas Alcobaça
Cristóvão Gonçalves da Costa
Diác. Dario Paes de Brito
Dionísio Bacelar Sobrinho
Ir. Diva Moura
Domingos Sávio Damico Fernandes
Pe. Donizete Aparecido da Silva
Douglas Elias Ferreira
Elaine de Souza Ferreira
Elizabeth Xavier de Oliveira
Eunice Ribeiro Benedetti
Evandro Rodrigues da Silva
Fátima Aparecida de Siqueira
Flávio Rachid Hatun
Fernando Henrique dos Santos
Fernando Menegati
Francisco Alberto Coutinho

Francisco Bento Pereira
Francisco Roberto Cardoso
Diác. Geraldo Bueno da Silva (*em memória*)
Geraldo Carelli da Silva
Gisele Silva Almeida
Graça Maria Machado
Diác. Hamilton Simões de Souza
Hervê Alves da Silva
Iamara M. Porcelli
Ir. Ildaci Ferreira Soares
Ilma Aparecida de Paula César
Izabel Cristina Duarte de Oliveira
Jairo Augusto
Jarbas José Carmo
João Benjamin Oliveira Neto
João Camilo da Silva
Diác. João Mendes Pereira
João Regis de Lima
João Roberto Queiroz
Diác. Joaquim Mendes Pereira Neto
José Alencar Ribeiro
Frei José Antonio Flesch
Diác. José Aparecido de Oliveira
Pe. José Bento Vichi de Paula
José Carlos Israel de Souza
Diác. José de Oliveira Torres
Diác. José Dias do Vale
Pe. José Francisco Schmitt
Diác. José Maria Ganacin
José Hélio dos Reis
José Luis Nunes do Couto
José Nelson dos Reis
Pe. José Tadeu Silva Ferreira, svd
José Tarcísio Rosa
Kleber Miguel dos Santos Sousa
Laércio Siqueira
Lauro Ribeiro Filho
Lázaro de Oliveira César

Delegados Sinodais (em ordem alfabética)

Leandro Marcel Xavier do Nascimento
Ir. Lidia Castanha
Luigi Bertoncini
Luiz Pinto de Andrade Júnior
Lucélia Maria Passos Gomes Mota
Lúcia Fátima Magalhães Caxias
Ir. Lucia Maria da Conceição
Luciano Alves da Silva
Lucilene Siqueira de Oliveira
Luzia Fernandes do Prado Marcelino
Marcelo Aparecido de Siqueira
Marcelo de Oliveira Rocha
Marcos José Santos
Ir. Maria Alice Vialta
Ir. Maria Célia Gonçalves
Ir. Maria do Rosário Fernandes
Ir. Maria Edna Betilla do Dom Pastor
Maria das Graças Bustamante Farias
Maria de Fátima Rodrigues Gomes
Maria Francisca Góis
Ir. Maria Genoveva Corrêa
Ir. Marinalva Gonçalves da Cruz
Ir. Maria Gorete dos Santos
Maria Inês de Souza Bruno
Maria José Maia Siqueira da Luz
Maria José Quaresma do Nascimento
Ir. Maria Mercedes
Maria Moura
Maria Sebastiana Souza
Ir. Maria Vicentina
Marinilza Fraga e Silva de Souza
Mário Sérgio de Oliveira
Pe. Mário Teodoro Batista
Marli Aparecida Peixoto
Marli de Fátima B. Pereira
Marly Pereira P. Andrade
Mauro Xavier
Neila Pereira Faria Carvalho

Neusa Maria dos Santos
Nilma Maria Pereira de Oliveira
Norival de Oliveira Duarte
Olinto Reno Campos
Oscar Ivo
Diác. Pasquale Gerardo
Raquel Neide dos Santos Jesus
Regina de Fátima Silva
Pe. Rinaldo Roberto de Rezende
Pe. Roberto Cachoeira Javorski
Roberto Seeger
Pe. Rodolfo Muniz Leal
Rodrigo Oliveira Fumis
Rogério Aparecido da Silva
Pe. Rogério Félix Machado
Romildo Saveli (*em memória*)
Ir. Rosa Maria Valente
Roseli de Carvalho Moraes de Miranda
Sandra Regina Gonzaga
Ir. Sandra Souza
Sebastião Alves Junior
Sebastião Raimundo da Silva
Sérgio Juliano dos Santos
Sílvia Regina de Moraes Soares
Simone P.S. Cappuci
Ir. Sirlene Martins de Souza
Ir. Tatiana Regina A. F. Silves
Teresa Benedita Aparecida Mayo Alves
Terezinha Magalhães
Terezinha Maria Marques
Valdomiro Aparecido de Andrade
Vanderci José Sales
Ir. Vanessa Assunção
Vera Lúcia Cobra Teixeira da Rosa
Vilma Feitosa de Souza Assis
Virgínia da Costa Honório
Wagner Coutinho
William Mendes da Silva

Anexo IV

Significado do símbolo



O logotipo foi criado para ajudar a rezar este momento ímpar da vida eclesial da Diocese de São José dos Campos. Nele encontramos, a **Palavra de Deus** (1) como pilar de nossa caminhada, bem como o **Espírito Santo** (2) que guia e ilumina nosso existir. Ao centro temos uma **circunferência em aberto** (3) que nos convida a novos tempos e novos caminhos. Esta traz ao fundo as duas realidades de nossa Diocese: a **área urbana** (4) com prédios, casas e fábricas e a **área rural** (5) identificado pelas Montanhas, compondo assim o céu com as **sete estrelas** (6) em dourado que representam as “forças vivas” das nossas regiões pastorais. Temos ainda **doze pessoas** (7) entre homens e mulheres, representando os doze apóstolos fundamentos da Igreja de Cristo presente em nossa Diocese. As seis pessoas à frente são os escolhidos por Deus a serem delegados do Sínodo e as outras seis compõe a porção da diocese que intercederão por este momento, representando também as seis cidades.

Por fim o que marca este símbolo é a **Cruz de Cristo** (8) “em movimento” que nos leva ao Pai, onde todos são convidados a seguir seus passos em busca da Salvação.

Concepção: Equipe de Comunicação do Sínodo – Padre Edinei Evaldo Batista, Padre Thiago Domiciano Dias, Padre Cláudio César Costa, Jornalista Ana Lúcia Zombardi

O logotipo (símbolo) teve como inspiração a Trindade Santa para a vida e a missão da Igreja.

Anexo V



Oração do Sínodo Diocesano

Ó Trindade Santa, Pai, Filho e Espírito Santo, modelo perfeito de comunidade e fonte de verdadeira comunhão, olhai com bondade para esta porção do Vosso povo que constitui a Diocese de São José dos Campos e vive, neste tempo, o I Sínodo Diocesano.

Iluminai nosso Bispo, nossos padres e diáconos, nossos religiosos e religiosas, nossos leigos e leigas; dai aos membros do Sínodo Diocesano o dom da Vossa Sabedoria e o suficiente discernimento para descobrir melhor a Vossa vontade em nossa Igreja Particular.

Sustentai-nos com Vossa infinita graça neste momento singular de nossa vivência eclesial, pois queremos ser a Igreja que repensa profundamente e relança, com fidelidade e audácia, sua missão nas novas circunstâncias; que deseja confirmar, renovar e revitalizar a novidade do Evangelho presente em nossa história, e que desperta discípulos missionários a partir de um encontro pessoal com Jesus Cristo.

A Vós, Trindade Santa, fonte da missão e modelo perfeito da vida eclesial, honra, louvor e glória para sempre. Amém!

Imprima-se.
São José dos Campos, 30 de julho de 2008.
Dom Moacir Silva
Bispo Diocesano de São José dos Campos

Índice

Introdução	3
Contextualizando o I Sínodo Diocesano	5
Metodologia para o I Sínodo Diocesano	11
Comissão para os Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada	15
Comissão Diocesana para o Laicato, Vida e Família	23
Comissão Diocesana para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial	29
Comissão Diocesana para a Animação Bíblico-Catequética	33
Comissão Diocesana para a Liturgia	37
Comissão Diocesana para o Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso	41
Comissão Diocesana para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz	45
Comissão Diocesana para Cultura, Educação e Comunicação Social	49
Comissão Diocesana para os Movimentos Eclesiais, Novas Comunidades e Associações	53
Conclusão	57
Anexo I	59
Anexo II	61
Anexo III	63
Anexo IV	65
Anexo V	67

Diocese de São José dos Campos

Centro Diocesano de Pastoral

Pça. Monsenhor Ascânio Brandão, 01 - Jd. São Dimas - CEP 12245-440

São José dos Campos - SP

Tel.: (12) 3928-3912

E-mail - centpast@diocesjesjc.org.br